

ANÁLISE, ESTRATÉGICA

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA



Bicentenário
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

1 8 2 2 - 2 0 2 2



Vol 26 n. 4 Setembro 2022 (Edição Especial)

REVISTA

ANÁLISE ESTRATÉGICA

Análise Estratégica. Ano 7. Nº 4. Edição Especial Bicentenário da Independência do Brasil/setembro 2022. Brasília. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. 53 p. ISSN: 2525-457x (Publicação Digital)

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) é subordinado ao Estado-Maior do Exército e foi criado pela Portaria nº 051-EME, de 14 Jul 03, para estudar e propor políticas e estratégias organizacionais.

EQUIPE

CHEFE

Cel INF Carlos Gabriel Brusch Nascimento

ANALISTAS

Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Cel R1 Ênio Moreira Azzi

Cel R1 Sylvio Pessoa da Silva

Cel R1 Guilherme Otávio Godinho de Carvalho

Cel R1 Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

Ten Cel QCO Selma Lucia de Moura Gonzales

2º Ten Graciele Gomes Magalhães

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Ten Cel QCO Selma Lucia de Moura Gonzales

ADJUNTA DE EDITORAÇÃO E PUBLICIDADE

Cap QCO Célia Regina Rodrigues Gusmão

ADMINISTRATIVO

S Ten ART Cláiton Sousa da Silva

Arte Gráfica: Cap Célia via Canva.com

ANÁLISE ESTRATÉGICA

Análise Estratégica é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Estratégicos do Exército dedicada aos temas que impactam a preparação da Força Terrestre e a Defesa Nacional.

CONSELHO EDITORIAL

Cel INF Carlos Gabriel Brusch Nascimento

Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Cel R1 Ênio Moreira Azzi

Cel R1 Sylvio Pessoa da Silva

Cel R1 Guilherme Otávio Godinho de Carvalho

Cel R1 Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

Ten Cel QCO Selma Lucia de Moura Gonzales

Cap QCO Célia Regina Rodrigues Gusmão

REVISÃO

Cap QCO Célia Regina Rodrigues Gusmão

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Cap QCO Célia Regina Rodrigues Gusmão

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel General do Exército – Bloco A – 1º andar

70630-091 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF

Telefone: (61) 3415-4597

ceeex@eme.eb.mil.br

Disponível em PDF na plataforma:

ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE

Análise Estratégica. Edição Especial Bicentenário da Independência do Brasil. Setembro/2022. Brasília. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. 53 p. ISSN: 2525-457x

SUMÁRIO

Editorial.....	5
Palavras de Abertura.....	7
Contribuições do Exército para vencer as ameaças e superar os óbices interpostos pelos desafios ao Processo de Construção Nacional.....	9
Papel do Exército Brasileiro no Processo de Construção Nacional: ocupação e manutenção da integridade territorial e manutenção da ordem interna.....	13
Geopolítica do Brasil e Pensamento Militar: contribuições do Exército.....	17
Geopolítica do Brasil: elementos de permanência e desafios futuros.....	23
Defesa, Exército e Nação: dilemas estratégicos brasileiros.....	27
Brasil 200 anos: cinco desafios remanescentes.....	31
200 Anos de Independência do Brasil: trajetória geopolítica e o desafio tecnológico do século XXI.....	33
A Trajetória de Participação da Mulher Militar nas Forças Armadas brasileiras	39
Atividades Comemorativas do Bicentenário da Independência no Estado-Maior do Exército.....	48

EDITORIAL

Prezados leitores,

Como parte das comemorações alusivas ao Bicentenário da Independência do Brasil, o Estado-Maior do Exército (EME), por meio da 7ª Subchefia/EME, organizou dois eventos: a celebração de um culto ecumênico, ocorrido no dia 2 de setembro de 2022 e o Seminário "200 Anos de Independência: Trajetória Geopolítica do Brasil", realizado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), ocorrido em 6 de setembro, véspera do Bicentenário da Independência. O culto teve por finalidade reunir militares com diferentes crenças para celebrar e agradecer pelo momento histórico do ducentésimo aniversário de independência. O seminário objetivou apresentar a trajetória geopolítica do nosso País, considerando-se os desafios enfrentados pela Nação ao longo desse período e as oportunidades de futuro, tendo como pano de fundo a participação do Exército como instituição nacional permanente.

Nesta edição especial da revista, serão apresentados os textos originados do seminário, escritos a partir das exposições feitas pelos integrantes de cada painel das duas mesas. Dessa forma, foram registradas as ideias tratadas pelos painelistas e moderadores de mesa, apresentando, de forma concisa, os principais tópicos tratados durante o seminário.

Para introduzir os ensaios relativos ao primeiro painel, o Coronel R1 Enio Moreira Azzi, moderador da mesa, aborda a ideia de “Construção da Nação Independente e Desafios Geopolíticos”. Na sequência, o Coronel R1 Antonio Ferreira Sobrinho trata das contribuições do Exército para superar desafios impostos pelo processo de construção nacional ao longo desses 200 anos. O Coronel R1 Fernando Velôzo Gomes Pedrosa assina o terceiro texto, tratando do papel do Exército Brasileiro nesse processo, especialmente, em relação à ocupação e à manutenção da integridade territorial e da manutenção da ordem interna. No quarto texto, o Coronel QCO Oscar Medeiros Filho discute Geopolítica do Brasil e pensamento militar, destacando as contribuições do Exército.

O segundo bloco de ensaios se refere ao segundo painel, que abordou os desafios das próximas décadas. Este bloco tem início com o texto da Tenente-Coronel Selma Lucia de Moura Gonzales, destacando alguns “elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”. Na sequência, o Coronel R1 Guilherme Otávio Godinho de Carvalho discute os Dilemas Estratégicos Brasileiros a partir da junção dos seguintes elementos: “Defesa”, “Exército” e “Nação”. Logo após, o Professor Alcides Costa Vaz comenta a respeito de cinco desafios remanescentes do período em análise. Encerrando os textos do segundo painel, o Ministro Almir Lima Nascimento trata dos desafios tecnológicos para o Brasil ao longo do século XXI.

Além de ensaios elaborados por painelistas e moderadores do Seminário, esta edição traz também uma colaboração oportuna, o ensaio elaborado pela Capitã QCO Célia Regina Rodrigues Gusmão, destacando a trajetória de inserção da mulher militar, nas Forças Armadas brasileiras, no período considerado.

Ao final desta edição especial, será apresentado o registro fotográfico das duas atividades.

Salve o Brasil e seus 200 anos de nação independente!

Boa leitura!

Conselho Editorial



Os textos publicados pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército são de caráter acadêmico e abordam questões relevantes da conjuntura nacional e internacional de interesse do Exército.

Os trabalhos são produzidos por analistas e estudiosos de diversas áreas, civis e militares da ativa e da reserva.

As opiniões emitidas são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não representam a posição oficial do Exército.

O objetivo é contribuir para o debate de grandes temas nacionais e internacionais, com ênfase àqueles que impactam a Defesa.

É permitida a reprodução dos textos e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Painel I: "Construção da Nação Independente e desafios geopolíticos"

Palavras de Abertura

Opening Words

Coronel R1 Enio Moreira Azzi* (Moderador da Mesa 1)

*Oficial de Infantaria da Reserva remunerada do Exército Brasileiro, Bacharel em Ciências Militares (AMAN, 1983), Doutor em Ciências Militares (ECEME, 1998), Graduado em História pela UFMG (2021). Pós-graduado em Gerência Executiva de Logística e Transporte (Universidade de MIAMI-EUA, 2006).



Palavras-chave:

Independência; Exército; Construção Nacional.

Keywords:

Independence; Army; Nation Building.

Destaco a iniciativa do Estado-Maior do Exército – órgão que estabelece as diretrizes gerais para os macrossistemas do Exército, formula seu planejamento estratégico e pensa o futuro da Força Terrestre – em promover um evento de celebração do Bicentenário da Independência, a partir do resgate da memória nacional, evidenciando a participação do Exército em sua história, o que nos permite identificar muito bem quem somos e de onde viemos, condição necessária para podermos pensar o futuro. Esse resgate da história age como mediador da memória compartilhada pela sociedade, dando sentido à nossa existência, estendendo-se nas dimensões do passado e do futuro, da memória e da expectativa do porvir.

Outro aspecto a sublinhar é a participação do Exército em todo o processo de construção da nação, desde a sua emancipação, como fiador a Proclamação da Independência; na Tríplice Aliança, preservando a integridade do nosso território; na transição da Monarquia para a República; na luta mundial contra os regimes totalitários; até a garantia do regime democrático no País. Nesse sentido, é oportuno contextualizar a ação determinante do Exército no movimento de Independência.

O Brasil já havia sido elevado à condição de Reino Unido de Portugal desde 1815, quando, após a Revolução do Porto de 1820, em meio a uma crise de autoridade, as Cortes Constitucionais Lusitanas assumiram o protagonismo político, impondo medidas que representavam um retrocesso para os que aqui viviam (“brasileiros”), tornando inconciliável a manutenção dos laços que uniam o Brasil a Portugal. Embora o Brasil já tivesse adquirido um grau de autonomia que era irreversível, até então, não havia projeto de emancipação e a independência política era uma aspiração de poucos. Porém, a reação em relação à postura inaceitável das Cortes portuguesas transformou-se em movimento, que, reunido em torno do Príncipe Regente, conduziu-nos à separação da Metrópole Lusitana e ao início da construção de uma nova nação. Isso foi fundamental, pois nada mais importante para um povo que conquistar a sua emancipação e a sua autodeterminação para poder exercer a soberania plenamente. Conquista essa que se iniciou nos Guararapes, passou pela Proclamação da Independência, consolidou-se no Império e continua sendo construída e aperfeiçoada na República.

Quanto à participação do Exército nesse processo, o historiador britânico John Keegan foi enfático ao afirmar que “por milênios, a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia”. E não foi diferente no Brasil, uma vez que o Estado em que vivemos nasceu das lutas pela Independência, garantindo a emancipação anunciada no simbólico Grito do Ipiranga e possibilitando a criação de uma ordem jurídica nacional, o reconhecimento das outras nações e a posterior construção social e institucional do país, que foi atrelando à nova nação um sentimento partilhado de nacionalismo e pertencimento. Feita a Proclamação da Independência por D. Pedro, foi necessário reunir forças

militares compostas por gente de toda classe, gênero, condição e cor para expulsar as tropas portuguesas estacionadas no Norte, no Nordeste e no Sul do país, como aconteceu na Bahia, onde 10 mil pessoas constituíram o Exército Pacificador ou Libertador, dentre elas Lima e Silva, Labatut e Maria Quitéria.

Importante destacar que alguns historiadores identificam, durante a guerra de independência, a ocorrência de uma ruptura identitária do país. Até então, todos se reconheciam como portugueses. Assim, partindo desse pressuposto, uma guerra que começou entre “portugueses europeus” e “portugueses americanos”, em dado momento, transformou-se em um confronto entre brasileiros e portugueses. Ou seja, foi a partir daquela circunstância que as pessoas passaram a se reconhecer e a se designar como brasileiros e brasileiras.

Além disso, com a participação do Exército e de algumas outras instituições, foi possível construir uma unidade nacional, uma vez que, como disse Sérgio Buarque de Holanda, “no Brasil, unidade e independência não nasceram juntas e por muito tempo não caminharam de mãos dadas”. Isso porque, no período que antecedeu a Independência, o Brasil era um conjunto de regiões muito diferentes, desatadas e de certa forma isoladas, apesar do centro comum instalado no Rio de Janeiro, particularmente, a partir de 1808. Foi preciso costurar as regiões do País de Norte a Sul, para se obter a unidade, que só vai se consolidar em meados do século XIX.

Dessa forma, a força política, tendo a frente D. Pedro, José Bonifácio e a Imperatriz Leopoldina, conduziu a declaração de Independência, sustentada pela atuação do Exército, que tem sido, em última instância, uma instituição-chave durante a trajetória da construção nacional. Ao retornar de São Paulo, após proclamar a Independência, D. Pedro tinha vários desafios a vencer e três tarefas fundamentais a realizar: expulsar as tropas portuguesas do Brasil, o que foi feito pelo Exército e pela Marinha; organizar o País juridicamente e institucionalmente, o que foi feito a partir da Constituição outorgada em 1824; e obter o reconhecimento internacional do Brasil, o que foi feito pela via diplomática.

Curiosamente, encontramos registros sobre o período posterior à Declaração da Independência, segundo os quais a Imprensa e a Corte portuguesa percebiam o Brasil como um lugar imaturo, incompleto e inviável, principalmente pela sua diversidade, e que, por isso, a Independência seria um desafio insuperável e, portanto, o BRASIL não daria certo. Porém, foi justamente na diversidade que o brasileiro encontrou sua força e identidade para superar desafios passados e enfrentar os desafios presentes.

Interessante o Brasil comemorar a independência em um cenário mundial de retorno aos conflitos por conquista territorial de Estados soberanos, como a guerra que está em curso na Europa. Mudanças geopolíticas relembram a importância de se manter Forças Armadas com capacidade de dissuasão e de reação a possíveis agressões. A herança territorial portuguesa e o imperativo geográfico, pensados geopoliticamente, evidenciam a importância da preservação das fronteiras e a interação com nosso entorno estratégico. Nessa perspectiva, a responsabilidade pela preservação da integridade do nosso extenso território recai sobre o Exército, enquanto força armada, particularmente, em uma época em que as capacidades militares são diretamente impactadas por tecnologias avançadas de armas e sensores, muitas delas disruptivas. A guerra atual exige capacidade estratégica para atuar no multidomínio, a partir da interiorização de novos conceitos como os de “antiacesso e negação de área”, o que se constitui em um grande desafio.

Embora a abordagem dessa efeméride seja basicamente histórica, complementada por um viés geopolítico, não se pretende aqui realizar um debate historiográfico sobre o tema. Tomando a perspectiva do historiador francês Marc Bloch, este painel se propõe a apresentar não apenas o acontecimento da Independência, mas o momento histórico que transcende a data do Sete de Setembro, possibilitando-nos tomar consciência de sua longa duração no tempo, uma vez que só assim poderemos compreender os fenômenos político-sociais de nossa história e reconhecer suas ligações com o presente.



Contribuições do Exército para vencer as ameaças e superar os óbices interpostos pelos desafios ao Processo de Construção Nacional

Contributions of the Army to overcome the threats and obstacles posed by the challenges to the nation-building process

Coronel R1 Antonio Ferreira Sobrinho*

*Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEx). Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1971; Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1982; Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1986. Especialista em História Militar - Pós-Graduação Lato Sensu em História Militar - pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2008. É membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Asociación Cultural Mandu'Ara do Paraguai e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).



Palavras-chave:

Independência; Exército; Construção Nacional.

Keywords:

Independence; Army; Nation Building.

1. Introdução

A título de introdução, gostaria de agradecer ao General Fernandes, 7º Subchefe do EME, o convite para conversar sobre a história do Brasil no contexto do Bicentenário da sua Independência, não apenas para comemorar uma data e um episódio longínquos da nossa história, mas, principalmente, para refletir, sob vários aspectos, de que modo chegamos até aqui, tendo como pano de fundo o papel do Exército Brasileiro na construção da Nação, ao longo desses 200 anos de Brasil independente.

Para cumprir a honrosa missão que me foi confiada, dividi esta apresentação cronologicamente em dois períodos: Império e República, com o objetivo de identificar, no contexto histórico desses períodos, os desafios enfrentados pela Nação, e como o Exército contribuiu para que fossem vencidas as ameaças e superados os óbices interpostos por esses desafios ao processo de construção nacional.

2. Império (1822 – 1889)

1º) Fazer a Independência de Portugal

A historiografia do processo de Independência do Brasil perante Portugal mostra que ela resultou de várias etapas políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo estamento colonial português, a partir de acontecimentos históricos determinantes, como a vinda da família real para o Brasil (1808) e a transformação da colônia em reino unido à metrópole (1815), culminando com a entrada das ideias do Liberalismo Político em Portugal e a sua consequência direta, a Revolução Liberal do Porto (1820). Esse movimento obrigou o retorno de D. João VI a Portugal e impôs sérias limitações à autonomia política e à autoridade do Príncipe Regente D. Pedro no Brasil.

Com o apoio das elites locais, D. Pedro rompeu os laços com as Cortes de Lisboa, assumiu o seu lugar soberano no Brasil e precisando de soldados para efetivar a emancipação de Portugal e conter os levantes contrários à Independência, nas províncias rebeldes do Norte, Nordeste e Sul do Brasil, mobilizou as forças regionais das províncias, que optaram em apoiá-lo, contratou mercenários estrangeiros, organizou o povo em armas e liderou um Exército Libertador, garantidor da vontade da maioria dos brasileiros.

2º) Consolidação da Independência/Ameaças à unidade nacional

Vencido esse 1º desafio, o governo imperial se preocupou em formar uma força militar nacional, integrada preferencialmente por brasileiros, irmanando o cidadão e o soldado para que ambos, unidos pelos mesmos ideais e pela mesma missão, concorressem juntamente para a manutenção da unidade nacional e a segurança da jovem Nação, diante das ameaças existentes na bacia do Prata, onde grassava a instabilidade política e territorial resultante da colonização espanhola (Guerra da Cisplatina - 1821 a 1828).

Apesar do apoio prestado ao já Imperador D. Pedro I, no sentido de manter a Nação unida e coesa, viu-se logo o Exército envolvido nos acontecimentos da Abdicação (07 de abril de 1831), onde se tornou o fiel da balança política e social do País. Sua contribuição, junto às demais instituições públicas brasileiras, para a solução da crise da renúncia do Imperador, foi a de apoiar a implantação da Regência, inaugurando, a partir daí, participação direta e ativa na trajetória política da própria Nação brasileira.

A fase regencial foi um dos períodos mais difíceis vivido pela jovem nação. Além das ameaças à unidade nacional, os tumultos, motins, rebeliões e paixões políticas desencadeadas ao longo de mais de uma década (1831 a 1845), exigiram a ação firme do governo para debelá-las. Graças ao valor militar e à sabedoria do então Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, cuja estrela começava a refulgir em dimensões nacionais, o País foi pacificado.

3º) Ameaças externas à integridade territorial do Brasil

Vencidas as ameaças internas à paz social, restaram os desafios interpostos pelos conflitos surgidos na bacia do Prata (1851/1852) criados pelos caudilhos Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina: fechamento à livre navegação do rio da Prata e ameaças à vida e às propriedades de brasileiros na fronteira com o Uruguai, obrigaram o Brasil a combatê-los e a vencê-los, sob o comando de Caxias, à frente de 4 Divisões (16 mil homens).

Mantida a integridade do território contra os vizinhos e internamente contra tendências separatistas, o Brasil se lança na busca de implantar as novas ideias dominantes no mundo e os avanços tecnológicos oriundos da revolução industrial.

Problemas de fronteira, o crescente poderio militar do Paraguai, ameaçando a paz na região, o apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda em Assunção e a invasão do Mato Grosso, dão causa à guerra movida pelo Brasil contra o Paraguai.

A notável abnegação dos nossos soldados e o excepcional patriotismo dos Oficiais encheram de glórias os nossos heróis surgidos nos campos de batalha: Argolo, Porto Alegre, Tibúrcio e Andrade Neves, elevando-se os maiores, à condição de Patronos: Caxias, Osório, Sampaio, Mallet, Villagran Cabrita e Severiano da Fonseca, pelos dignos exemplos de bravura que nos legaram.

Pode-se alinhar entre as consequências da Guerra a decisiva contribuição do Exército para a emancipação dos escravos no Brasil. A motivação nascera da presença maciça de negros alforriados combatendo ombro a ombro com a elite do Exército, tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas nacionais e os voluntários da pátria.

4º) A Proclamação da República

O Exército saiu fortalecido, enquanto instituição, após a Guerra do Paraguai. A longa duração do conflito, a convivência com militares dos países platinos que exerciam funções políticas - quando não chegavam a ocupar a chefia do Estado - e o estabelecimento de um espírito de corpo entre a oficialidade, transformaram o Exército em mais um ator da cena política brasileira.

Na década de 1880, foram surgindo insatisfações no meio militar, geradas pelo desprezo à classe por parte do governo Imperial, que culminou com o que impropriamente se chamou de Questão Militar. Na verdade, ocorreram uma série de incompreensões entre oficiais do Exército e a elite dirigente, que foram habilmente exploradas pelos interessados em implantar a República.

A criação do Clube Militar, em junho de 1887, tendo como seu presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, a liderança positivista do maior defensor do ideal republicano, Tenente-Coronel Benjamim Constant, junto à mocidade militar na Escola da Praia Vermelha e o desgaste provocado pela questão militar, foram fatores decisivos para que acontecesse a queda do Império e a República fosse implantada.

3. República (1889 – aos dias atuais)

1ª Instabilidade política na Primeira República (1889 – 1930)

Proclamada a República, pelo próprio Exército, com o auxílio da Marinha e os aplausos do povo, cujos ideais o Exército sempre procurara respeitar, o governo provisório trata de reorganizar as forças militares.

Nesse período, o Brasil iniciou sua industrialização, alterando a paisagem urbana e rural, gerando uma série de revoltas decorrentes das mudanças sociais e políticas ocorridas no País.

Amparado pela Constituição republicana de 1891, que manteve a missão do Exército, praticamente inalterada “As forças de terra e mar são instituições nacionais, permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”, o Exército dá combate aos muitos movimentos de contestação armada surgidos naquele período: Revolução Federalista (1893-1895); Revolta da Armada (1893-1894); Canudos (1896-1897); Contestado (1912-1916); e as lutas internas de 1922 e 1924.

As manifestações contestatórias (Tenentismo) da década de 20 impactaram negativamente o Exército, pelo envolvimento de jovens Oficiais, denotando elevado grau de indisciplina, quebra da hierarquia e falta de liderança dos comandantes dos escalões mais elevados, culminando na ruptura da coesão do estamento militar, naquele período.

Foram realizadas várias tentativas de restauração da coesão militar a partir do advento da Missão Militar Francesa, estimulando-se a modernização do Exército e o interesse pela sua profissionalização.

2ª A era Vargas (1930 – 1945)

As mudanças ocorridas resultaram em novas pressões políticas e sociais, que as oligarquias paulistas e mineiras não puderam mais controlar. A Revolução de 1930 foi o ápice desse processo, o que resultou no período conhecido como “Era Vargas”. Durante seu Governo Provisório (1930-1934), Vargas conseguiu dobrar a oligarquia e a burguesia industrial paulista, vencendo a Revolução Constitucionalista de 1932.

É promulgada uma nova Constituição em 1934. Surge o Partido Comunista Brasileiro e a tentativa de derrubar o governo de Vargas, por meio do que ficou conhecido como Intentona Comunista de 1935. Isso serviu de pretexto para Vargas dar um golpe de Estado em 1937, pondo fim ao período constitucional e inaugurando o Estado Novo e uma nova Constituição.

A reforma do ensino de formação de oficiais, sob a inspiração do Coronel José Pessoa, vai modificar profundamente a educação das novas gerações, mudando os hábitos e construindo o destino de grandeza do Exército, formatando uma mentalidade homogênea de chefes militares.

O Brasil entra na 2ª Guerra Mundial, organizando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e combatendo a ditadura nazi-fascista, na Itália, com quase 25.000 homens. A vitória alcançada pela FEB acaba ajudando na derrubada do governo Vargas, que já se encontrava enfraquecido.

3ª A redemocratização de 1945

A reabertura do jogo político, em 1945, produziu efeitos dentro do Exército. Surgiram várias correntes de opinião militar, que, às vezes, transformaram-se em correntes de ação, ameaçando irremediavelmente a coesão militar.

Em 1954, 1955 e 1961, ocorreram, muitas vezes, divisões internas que causariam, aparentemente, irremediável e iminente confronto entre as facções militares. Seus líderes, no entanto, recuaram para encontrar a fórmula da conciliação, do compromisso ou do restabelecimento da integridade hierárquica.

Essa continuidade de liderança militar perdurou até meados da década de 60, o que garantiu a permanência da linha de atuação anterior. Foram eles que constituíram o núcleo de criação e implantação da Escola Superior de Guerra, de onde saíria a doutrina de Segurança Nacional.

No governo de Juscelino Kubitschek, investiu-se maciçamente no desenvolvimento de estradas, no crescimento industrial, sobretudo da indústria pesada, e no ambicioso projeto da construção de Brasília como nova capital do Brasil.

4º) O Movimento cívico-militar de 1964 (1964-1985)

Após a assunção de João Goulart, no enquadre da fórmula parlamentarista, em janeiro de 1963, um plebiscito restaurou o presidencialismo e Jango recuperou todos os poderes. A partir desse momento, o descontentamento e a frustração geral dos grupos contrários às modificações que ele vinha implementando [e sinalizava intensificar em seu governo] aumentaram consideravelmente. Ele não conseguia governar e começou a tomar atitudes que ameaçavam levar o país para outros caminhos, não desejados pela maioria do povo brasileiro.

Um movimento democrático de caráter civil-militar, que contou com os apoios da Igreja, do empresariado, da família brasileira, de políticos civis e da grande imprensa do País, é deflagrado a 31 de março de 1964, obrigando Jango a fugir para o Rio Grande do Sul e, posteriormente, a exilar-se no Uruguai.

No dia 2 de abril, o Congresso Nacional, dando ensejo ao cumprimento da Constituição Federal de 1946, declarou a vacância do cargo de Presidente da República e realizou, no dia 11, a eleição indireta à Presidência do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse no dia 15.

Em 1979, um pacto de pacificação foi configurado na Lei da Anistia e viabilizou a transição política para uma democracia plena, que se estabeleceu definitiva e enriquecida em 1985, com os aprendizados daqueles tempos difíceis.

De lá até os dias de hoje, o nosso Soldado do Exército Brasileiro garante e protege “com a sua vida” as incomensuráveis riquezas na brasileira Amazônia, nos cerrados e nos pantanais, no agreste e nos pampas. É o “Braço Forte” anônimo, sempre pronto e atento. Além disso, a “Mão Amiga” coopera, permanentemente, com o desenvolvimento nacional; qualificando profissionais; abrindo estradas e ferrovias; revitalizando rios; perfurando poços e distribuindo água no semiárido; preservando nossas florestas; mitigando catástrofes e pandemias e executando inúmeras atividades subsidiárias.

4. Considerações Finais

Ao finalizar, podemos afirmar que a evolução militar brasileira, aprendida por intermédio de suas instituições, tanto no período do Brasil - Império como no Brasil - República, é um reflexo da evolução social, econômica e política brasileira, pois sua organização, desenvolvimento e modernização sempre visaram à constituição de um importante instrumento de apoio à solução dos problemas nacionais.

Verificou-se que, nesses 200 anos decorridos da nossa Independência de Portugal, inobstante as influências da sociedade em vertiginosas transformações promoverem mudanças na Instituição Militar, o Exército Brasileiro tem se mostrado capaz de conservar e transmitir às novas gerações seus valores, suas crenças e suas tradições a ponto de, ainda, poder ser percebido como o “Exército de Caxias”.



Papel do Exército Brasileiro no Processo de Construção Nacional: ocupação e manutenção da Integridade Territorial e manutenção da Ordem Interna

Role of the Brazilian Army in the Nation Building Process: occupation and maintenance of Territorial Integrity and maintenance of Internal Order

Coronel R1 Fernando Velôzo Gomes Pedrosa*

*Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro (na reserva). Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) (1994) e em História pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Professor colaborador da ECEME e da EsAO.



Palavras-chave:

Exército Brasileiro; Integridade Territorial; Ordem Interna.

Keywords:

Brazilian Army; Territorial Integrity; Internal Order.

Após o texto inicial, que abordou de forma ampla o papel do Exército Brasileiro no Processo de Construção Nacional, neste texto será feita a abordagem do papel desempenhado pelo Exército na ocupação e manutenção da integridade territorial e na manutenção da ordem interna. Para tanto, será apresentado o seu papel na ocupação do território nacional e fixação de suas fronteiras; na manutenção da integridade desse território; e na preservação da ordem interna.

A despeito da opinião bastante difundida, na Academia e na imprensa, de que o papel das forças armadas de países democráticos deve restringir-se à defesa externa, as lições da História nos mostram o contrário. O fato é que os exércitos de países de todas as latitudes, sistemas políticos e sistemas de governo têm tido papel central na formação dos Estados, na manutenção de sua integridade territorial e na preservação da ordem interna contra ameaças domésticas. São inúmeros os exemplos desse papel interno das forças armadas de países democráticos: a Guerra Civil Americana contra a secessão dos estados sulistas; o emprego do Exército Americano no controle dos distúrbios ocorridos em Los Angeles, em 1992; a luta do Exército Britânico contra o Exército Republicano Irlandês (IRA); a participação do Exército Espanhol na luta contra o grupo terrorista basco ETA; e, nos dias de hoje, a Operação *Sentinelle*, que emprega o Exército Francês na luta contra o terrorismo em território francês.

No caso brasileiro, o emprego do Exército em missões internas tem sido predominante ao longo da História. De fato, todas as constituições adotadas pelo Brasil, desde sua Independência, referem-se ao emprego das forças armadas na defesa contra inimigos internos ou na manutenção das leis e da ordem interna.

1. Ocupação Territorial e Fixação das Fronteiras

A ocupação do território da colônia sul-americana e a definição de suas fronteiras dependeu, em grande medida, das forças militares portuguesas. Se a iniciativa privada dos bandeirantes e sertanistas se antecipou na exploração dos territórios e na busca de riquezas, foi a ação do Estado português que assegurou a posse dos territórios descobertos, mediante a instalação de fortificações e postos militares.

Nessa epopeia, destaca-se a percepção geopolítica portuguesa na escolha dos pontos a defender e sua determinação empreendedora, para levar adiante a construção de obras militares em áreas remotas e desprovidas de recursos e mão de obra. O mapa apresentado demonstra como essas fortificações balizaram as fronteiras do que viria a ser o Brasil, conforme a figura a seguir.

Figura: Pontos a defender



Fonte: editado pelo autor, a partir de <https://www.spfcpedia.com.br/mapas/brasil/imagens/mapa-brasil-1824.png>. Acesso em: 3 out. 2022.

As palavras de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, falam por si sós sobre o sentido de honra e dever dos soldados portugueses encarregados de construir o Forte Príncipe da Beira, em uma área remota e desprovida de materiais de construção que precisavam ser trazidos de barco por centenas de quilômetros.

A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra a serviço dos homens de El-Rei, nosso senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, [...] é serviço de Portugal. E tem que se cumprir.

(D. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º Capitão-General da Capitania de Mato Grosso. Carta de junho de 1776)

2. Manutenção da Integridade Territorial

A consolidação das fronteiras desenhadas pelos antepassados portugueses e a manutenção da integridade do território nacional foi sempre uma atribuição das forças militares, desde a expulsão dos invasores holandeses durante a Insurreição Pernambucana (1645-54). É naquele conflito que o Exército Brasileiro identifica suas raízes anímicas, fincadas no campo de batalha dos Guararapes, embora ainda não houvesse sido constituído um exército regular.

A manutenção da integridade territorial também foi a motivação da Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul (1776-77). Naquele conflito, as tropas comandadas pelo Tenente-General João Henrique Böhn expulsaram os ocupantes espanhóis que haviam conquistado o sul da capitania do Rio Grande de São Pedro, na Guerra Hispano-Portuguesa de 1762-1763. O Tenente-General João Henrique Böhn era um oficial alemão, contratado pelo governo português para implantar a doutrina militar do Conde de Lippe e organizar as forças militares da colônia sul-americana. O General Böhn chegou ao Brasil em 1767, trazendo consigo três experientes regimentos portugueses e um grupo de engenheiros e instrutores de artilharia, com os quais iniciou a constituição de um exército centralizado, que representaria as fundações de um futuro exército brasileiro.

Outro importante marco da defesa da integridade territorial do Brasil foi a guerra contra os espanhóis de 1801, no contexto daquela que ficou conhecida, na Europa, como a Guerra das Laranjas. Em meados de setembro daquele ano, sob o comando do Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, a guarnição de cerca de 40 praças do Forte de Coimbra, no sul da capitania de Mato Grosso, enfrentou e repeliu a tentativa de invasão de uma expedição fluvial espanhola de mais de 600 homens. Aproveitando-se do esforço espanhol contra Coimbra, o Governador de Mato Grosso mandou ocupar a margem norte do rio Apa, definindo a fronteira brasileira naquele curso de água. Simultaneamente, no Rio Grande do Sul, forças irregulares luso-brasileiras, acompanhadas de tropas do Exército e de indígenas guaranis, conquistaram a Região dos Sete Povos das Missões, incorporando-a definitivamente ao território brasileiro e definindo o rio Uruguai como a fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

A anexação da Banda Oriental do Uruguai (1816-20) representou a iniciativa portuguesa de ocupação do vácuo deixado pela derrocada do Império Espanhol na América do Sul, garantido a posse da margem norte do rio da Prata, visto como a “fronteira natural” do Império Português ao sul do Continente. Porém, diante da nova situação criada com a Independência do Brasil, as diferenças culturais e de sistemas políticos provocaram o início de uma rebelião contra a Coroa brasileira, conhecida como a Guerra da Cisplatina (1825-28). O encerramento do conflito foi obtido por compromisso entre o Império do Brasil, o governo de *Buenos Aires* e os orientais, criando o Estado Oriental do Uruguai. Embora o desempenho do recém-criado Exército Imperial Brasileiro tenha sido pouco satisfatório, a Guerra da Cisplatina representou seu primeiro grande esforço pela preservação territorial do Império.

A luta pela defesa da integridade territorial voltaria a acontecer após as invasões paraguaias do território brasileiro em dezembro de 1864, no sul do Mato Grosso, e em junho de 1865, no oeste do Rio Grande do Sul, no quadro da Guerra contra o Paraguai (1864-70). No caso do Mato Grosso, as forças paraguaias ocuparam o sul da província até abril de 1868, quando, pressionado em Humaitá, o governo paraguaio decidiu evacuar a província brasileira. No oeste do Rio Grande do Sul, as tropas paraguaias foram obrigadas a se render três meses após a invasão, sob o cerco de tropas brasileiras e dos aliados argentinos e uruguaios.

No período republicano, o Exército Brasileiro exerceu importante papel de presença do Estado nas regiões mais remotas do País e de integração do território nacional. Com essa finalidade, o governo criou colônias militares e unidades de fronteira, capazes de assegurar os limites nos mais remotos rincões do Brasil. Nas primeiras décadas do século XX, o Exército também executou a gigantesca tarefa de integrar as fronteiras oeste e noroeste, por meio das linhas telegráficas lançadas pela Comissão Rondon. Mais do que apenas o lançamento dessas linhas – que se tornaram obsoletas em poucos anos, com o desenvolvimento da radiotelegrafia – a Comissão Rondon semeou núcleos urbanos nas regiões mais remotas do Oeste brasileiro, contactou grupos indígenas até então desconhecidos e demarcou claramente aquelas fronteiras.

3. Manutenção da ordem interna

A preocupação com a manutenção da ordem interna e a supressão de movimentos armados internos aparece já na Constituição do Império, de 1824. Seu capítulo VIII, dedicado à força militar, determina que “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência e integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos”[1].

Em 1824, a composição das forças do Exército correspondia a essa preocupação. O Exército estava composto por tropas de 1ª linha, regulares, permanentes e pagas; tropas de 2ª linha, constituídas por milícias que eram reunidas apenas para treinamentos eventuais e em casos de emergência; e tropas pagas consideradas “fora da linha”, ou seja, não destinadas ao combate – os corpos de polícia da Corte e de algumas províncias mais importantes e algumas tropas irregulares, destinadas a proteger

[1] BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1824. Art. 145.

populações de áreas remotas contra incursões de indígenas hostis. As tropas de 1ª linha eram destinadas ao combate, no entanto, devido às carências de efetivos dos corpos de polícia, eram empregadas frequentemente em funções de polícia e de segurança interna.

Com a abdicação de D. Pedro I, o governo da Regência decidiu promover uma forte redução dos efetivos do Exército e criar uma Guarda Nacional. O emprego do Exército pelo Imperador para fechar a Assembleia Constituinte, em 1823, e uma sequência de manifestações de indisciplina das tropas, em 1831, haviam gerado, na Regência, um forte temor em relação à confiabilidade do Exército. A Guarda Nacional foi criada em agosto de 1831 como um contraponto ao Exército. Sendo considerada civil e subordinada ao Ministério da Justiça, a Guarda Nacional recebeu a missão de “defender a Constituição, a liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas” [2].

As reformas militares de 1831 levaram o Exército à beira da extinção. O Exército de 1ª linha foi reduzido a menos da metade, a força de 2ª linha foi extinta e os corpos policiais passaram à administração das províncias. O decreto de criação da Guarda Nacional deixara implícito que a missão do Exército passava a ser exclusivamente a defesa das fronteiras e da costa.

No entanto, o Exército continuou a ser chamado para combater levantes armados internos. A Guarda Nacional havia sido criada sob o entendimento de que, por ser civil e controlada pelo poder político, não seria uma ameaça ao Estado. Caber-lhe-ia a supressão de levantes internos. Mas o fato é que isso nunca aconteceu: a Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845; as Revoluções Liberais, ocorridas em São Paulo e em Minas Gerais, em 1842; a Balaiada, ocorrida no Maranhão de 1838 a 1841; e a Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, em 1848/49, foram todas suprimidas pelo Exército. Na verdade, muitos desses movimentos armados contra a integridade nacional e contra as instituições vigentes foram protagonizadas por membros da Guarda Nacional.

No início do 2º Reinado, o governo passou a distinguir duas categorias de forças do Exército: os corpos móveis, destinados ao emprego em qualquer parte do território nacional ou no exterior, e os corpos fixos ou de guarnição, destinados a representar o poder do Estado imperial nas províncias e a manter a ordem interna.

A manutenção da ordem interna e da integridade do Império tem seu maior símbolo na pessoa do Duque de Caxias, exemplo de lealdade incondicional ao Brasil e à Monarquia, de competência militar em todos os campos e de sensibilidade e habilidade políticas. Havendo pacificado Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Caxias representou, em seus dias, o compromisso hoje bem expresso pelo Exército com os três pilares sobre os quais se assenta sua ação: Estabilidade, Legalidade e Legitimidade. Ao longo de 200 anos de história institucional, o papel do Exército Brasileiro tem sido o de fiador da independência, da soberania e da unidade territorial do Brasil.



[2] BRASIL. Lei de 18 de Agosto de 1831. Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças.

Geopolítica do Brasil e pensamento militar: contribuições do Exército

Brazil's Geopolitics and military thought: the Army's contributions

Coronel Oscar Medeiros Filho*

*Oficial do Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO). Fez o Pós-doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (2018). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2010). Mestre em Geografia Humana (2004). Atualmente, é coordenador do Núcleo de Estudos Prospectivos, do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx).



Palavras-chave:

Geopolítica; Pensamento Militar; Brasil.

Keywords:

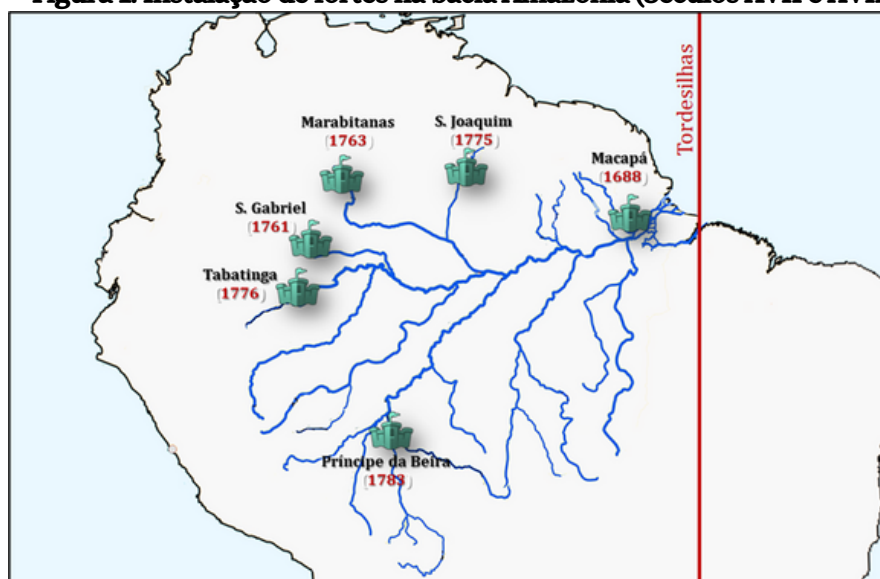
Geopolitics; Military Thought; Brazil.

O Bicentenário da Independência do Brasil nos oferece uma oportunidade única para discutir a trajetória geopolítica do nosso País, considerando-se os desafios enfrentados pela Nação ao longo desse período, mas também suas potencialidades e as oportunidades de futuro. Nesse contexto, o presente ensaio pretende apresentar um breve panorama da trajetória nacional ao longo desses 200 anos do Brasil independente, considerando a natureza dos desafios impostos e a contribuição intelectual de destacados geopolíticos militares do Exército Brasileiro.

Faz-se necessário, antes de tudo, dizer que, como uma área sistematizada do conhecimento, a Geopolítica surge nas décadas que antecedem à 1ª Guerra Mundial, notadamente por autores germânicos (Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellen) e anglo-saxões (Alfred Mahan e Halford Mackinder). Entretanto, como práticas e instrumentos de controle territorial, a geopolítica é tão antiga quanto a própria humanidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que, mesmo antes da constituição da geopolítica como uma área do conhecimento, seus princípios já eram praticados no Brasil desde o período colonial. Segundo Meira Mattos (2011), a preocupação brasileira com o controle territorial em áreas remotas é herança do *modus operandi* português de administração colonial. Para ele, Portugal sempre se preocupou em estabelecer uma estratégia geopolítica para assegurar o seu domínio territorial, por meio da instalação de fortes a montante das grandes bacias hidrográficas, nas extremidades do território nacional, conforme **figura 1**.

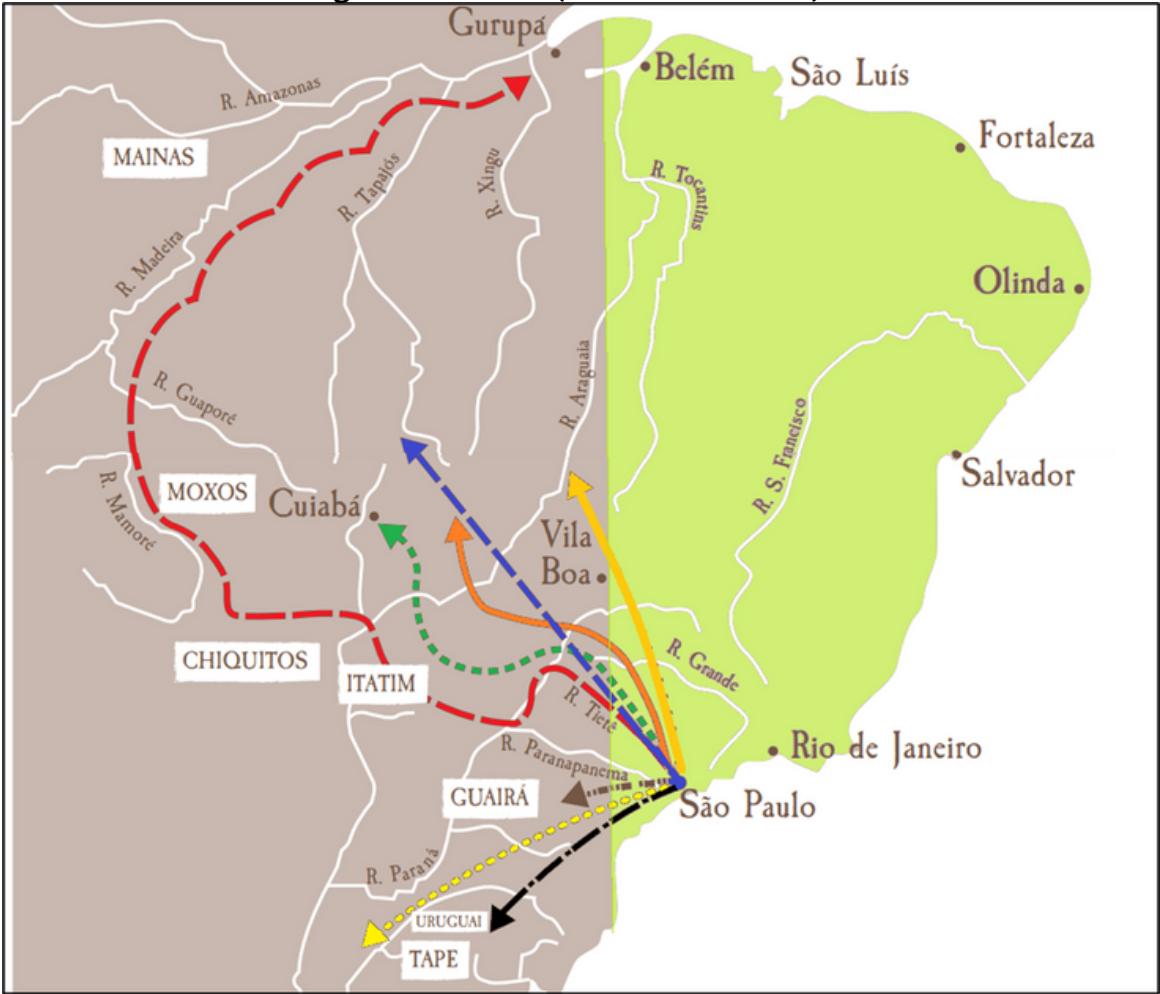
Figura 1: Instalação de fortes na bacia Amazônica (Séculos XVII e XVIII)



Fonte: o autor, com base em Meira Mattos. Geopolítica e teoria de fronteiras.

Nesse sentido, vários exemplos podem ser apresentados. A postura estratégica de Alexandre de Gusmão, na proposição do Tratado de Madri (1750), tornando "de jure" as conquistas territoriais que os Bandeirantes já haviam conquistado de fato, conforme **figura 2**, ao longo dos séculos XVII e XVIII, é um deles.

Figura 2: Bandeiras (Séculos XVII e XVIII)



Fonte: Adaptado de GOES FILHO, 2015, p. 387.

Esse *modus operandi* português será herdado pelo Brasil-Império. Em meados do século XIX, por exemplo, o Brasil passou a adotar a concepção de colônias militares, o que representava uma evolução do antigo conceito de vigilância e proteção militar por meio da construção de fortes e fortins. Meira Mattos (2011, p. 108) lembra que “o Império, em 1840, ao criar as colônias militares, pretendeu estendê-las como processo de fixação de população em determinados pontos da fronteira terrestre desabitada; o forte já não era tão necessário, mas o quartel o substituiria, oferecendo um ponto de apoio social à população adjacente”. Tratava-se de uma estratégia de controle territorial que buscava vivificar a faixa de fronteira por meio do povoamento. Com essa estratégia, o Império buscava “ocupar a sua fronteira mais longínqua, mesclando a arma de defesa e a enxada da fixação econômica do homem à terra” (Meira Mattos, 2011, p. 112-113).

Assim, no contexto do Império até a República, passando pela Independência, as ideias de busca da coesão territorial e de identidade nacional farão parte do pensamento geopolítico de autores como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838); Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878); e João Pandiá Calógeras (1870-1934). Eram ideias que buscavam dar relevância aos desafios e às oportunidades de uma jovem Nação em processo de desenvolvimento e consolidação territorial. Desafios que se mantêm até hoje, como o déficit estatal em áreas mais remotas, resultantes das próprias dimensões colossais do território nacional, o qual tem 40% de sua constituição a mais de mil quilômetros de distância do litoral.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro teve uma participação fundamental como instrumento de construção nacional e de manutenção da unidade territorial, sob ponto de vista de sua organização, garantido sua presença nos mais distantes rincões do País. Por outro lado, contribuiu de forma essencial para a sistematização do pensamento geopolítico nacional, por meio dos debates em suas escolas militares e, principalmente, de publicações de sua intelectualidade.

Destacaremos, a seguir, as ideias de três gerais que, ao longo do século XX, sistematizaram o pensamento geopolítico, desvelando, em seus textos, os desafios e potenciais do Brasil: Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos. Posteriormente, discutiremos, brevemente, a contribuição de cada um deles.

Pode-se afirmar que os fundamentos do pensamento geopolítico brasileiro, da forma como o concebemos hoje, surge em 1931, com a publicação do livro “Características Geográficas da América do Sul”, posteriormente denominado “Projeção Continental do Brasil”, de autoria do então Capitão Mário Travassos (1891-1973). A partir da análise das condicionantes geográficas da América do Sul, Travassos analisa os desafios internos e externos da projeção nacional, considerando o fato de que o Continente sul-americano é dominado por dois grandes antagonismos que separam de forma longitudinal o litoral pacífico do litoral atlântico e, de forma transversal, a bacia do Prata da bacia do Amazonas. Nesse contexto, era possível se falar de dois imensos “brasis” mais ou menos excêntricos: o Amazônico e o Platino, conforme **figura 3**.

Figura 3: Divisão regional do Brasil nas primeiras décadas do Século XX

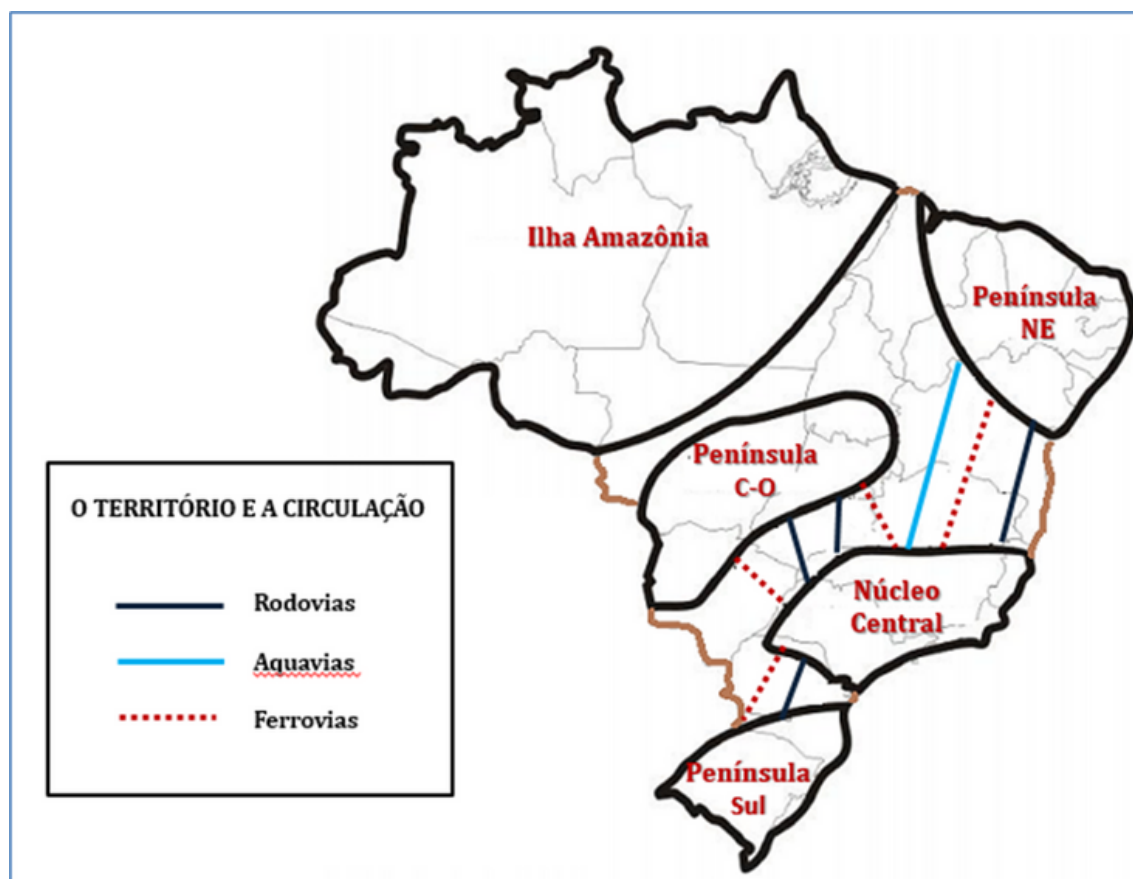


Fonte: TRAVASSOS, 1938, p. 91 (Adaptado).

Do ponto de vista externo, o Brasil era ameaçado por forças que penetravam do sul (Argentina, cujas ferrovias já alcançavam o altiplano boliviano) e do norte (EUA, cuja incubadora seria o mar do Caribe). Para Travassos, diante desse quadro, “somente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental” (TRAVASSOS, 1938, p. 140). É nesse sentido que consiste o Plano Geral de Viação Nacional lançado pelo Governo Vargas em 1934.

Golbery do Couto e Silva (1911-1987) produz seu pensamento geopolítico especialmente ao longo das décadas de 1950 e 1960, no contexto da Guerra Fria. Do ponto de vista interno, Golbery se depara com os mesmos problemas já apontados por Travassos, oriundos do desafio de coesão e integração nacional. Para tanto, sugere uma “manobra de integração do território nacional” que fosse capaz, por meio de obras de infraestrutura, de conectar os “arquipélagos” do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste ao “Núcleo-Central” brasileiro para, em uma fase seguinte, integrar a Amazônia, “inundando de civilização a Hileia”, conforme **figura 4**.

Figura 4: Território nacional e circulação, segundo Golbery



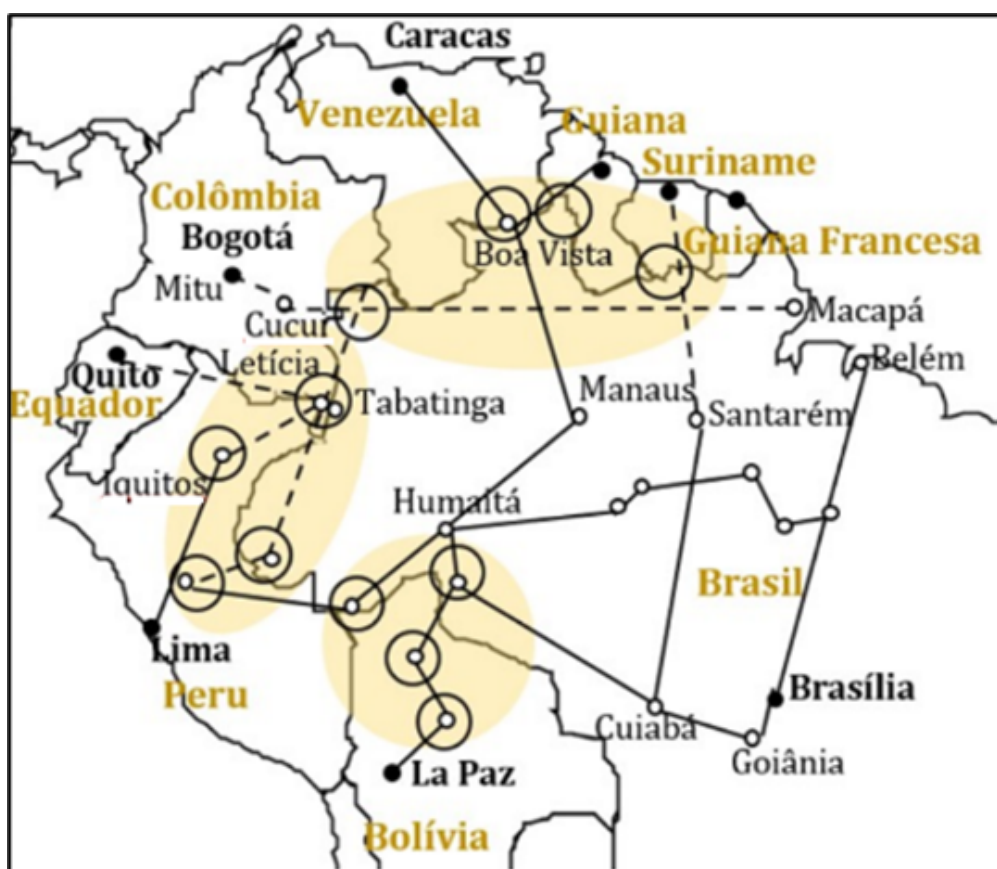
Fonte: COUTO E SILVA, 1981, p. 44. (Adaptado)

Do ponto de vista externo, Golbery busca situar, a partir de uma perspectiva “brasileira”, a posição do Brasil como potência regional no meio do jogo bipolar. Para ele, “Não haverá geopolítica brasileira, que tal nome mereça, sem que considere, de fato, o Brasil como centro do universo” (COUTO E SILVA, 1981, p. 177). Analisando o contexto do pós-2ª Guerra Mundial, Golbery considerava que o fenômeno da guerra passava por uma espécie de metamorfose. Para ele, “De guerra estritamente militar passou ela, assim à guerra total (...) de guerra total à guerra global; e de guerra global à guerra indivisível e – por que não reconhecê-lo? – permanente” (COUTO E SILVA, 1981, p. 24). Nesse novo contexto, são lançadas as bases da Doutrina de Segurança Nacional na qual a ideia de poder nacional, em todas as suas expressões, passava a ser condição *sine qua non* para a segurança da nação. Assim, considerando-se os objetivos nacionais, não seria possível, por exemplo, pensar em segurança sem abordar a ideia de desenvolvimento. Do ponto de vista externo, suas ideias podem ser resumidas em dois aspectos: de um lado, a opção pelo Ocidente; e, de outro lado, a defesa da autonomia estratégica e da consequente manutenção da liberdade do Brasil, considerando o seu potencial geopolítico. É nesse sentido que Golbery ressalta o conselho do “sábio” George Washington: “Deveis ter sempre em vista que é loucura esperar uma nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma nação recebe com o favor terá de pagar, mais tarde, com uma parte de sua independência” (COUTO E SILVA, 1981, p. 62).

Do ponto de vista externo, Meira Mattos testemunha o aumento das preocupações ecológicas e da pressão internacional sobre a Amazônia. Buscando soluções para dirimir o problema, vislumbra-se a ideia de gestão territorial compartilhada, na forma de “condomínio”, por meio da cooperação com os países amazônicos, como mecanismo capaz de gerar escala de poder à região e garantir autonomia estratégica aos condôminos. É essa ideia que está por trás do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com o respaldo da obra “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”, publicada em 1980.

O TCA, assinado em 1978 pelos países amazônicos, representava uma interessante estratégia de enfrentamento da pressão ambientalista internacional e da suposta tese de internacionalização da Amazônia. A esse respeito, deve-se ressaltar o conceito de “áreas de intercâmbio fronteiriço”, desenvolvido por Meira Mattos, como um instrumento de integração regional, conforme **figura 5**. A finalidade seria estimular, no entorno das áreas de conexão fronteiriça, a criação de polos binacionais de desenvolvimento socioeconômico. A ideia de utilização dos espaços fronteiriços como elemento de integração buscava, por meio da cooperação regional com os países vizinhos, incentivar projetos de desenvolvimento regional e de ocupação territorial na Amazônia.

Figura 5: Áreas interiores de intercâmbio fronteiriço



Fonte: MEIRA MATTOS, 2011, p. 149.

Esse breve sobrevoo sobre a construção do Estado Nacional brasileiro, ao longo de seus 200 anos de Independência, revela quanto o pensamento militar do Exército foi importante para fundamentar as grandes linhas do pensamento estratégico nacional.

Além dessa contribuição, ao longo desse período, o Exército tem sido chamado a participar do processo de construção do próprio Estado Nacional, o que envolve, muitas vezes, a atuação da Instituição como instrumento de desenvolvimento e de estabilização. A imagem do Marechal Cândido Rondon, lançando cabos telegráficos nos mais distantes rincões da Nação, ou de um batalhão de Engenharia, construindo estradas de rodagens em regiões menos desenvolvidas, constituem ícones do imaginário que ligam o Exército ao processo de construção nacional brasileiro.

A estratégia da presença nacional, por exemplo, continua simbioticamente relacionada ao desenvolvimento nacional e à função de “escola de civismo”, em um contexto no qual as ideias de desenvolvimento e segurança parecem indissociáveis. Nesse sentido, merecem destaque as palavras do General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro de 2015 a 2019, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no dia 5 de julho de 2017, segundo as quais, ao mesmo tempo em que se busca transformar o Exército, “com capacidade de projeção externa, nós temos que continuar sendo um Exército de colonização. Essa é a realidade” (BRASIL, 2017, n.p.).

Os desafios continuam enormes: da dimensão de nosso País. Entretanto, a capacidade do País é muito maior do que isso. O Brasil é fruto de um projeto geopolítico português que conseguiu, graças ao modo cioso com que aquele país controlava seus territórios, manter um verdadeiro continente territorialmente coeso e nacionalmente unitário. Por seus potenciais, o Brasil está “condenado a dar certo!”. Falta-nos, entretanto, superar nossas vulnerabilidades sociais. Faz-se necessário, e com urgência, o desenvolvimento de uma grande estratégia que, reconhecendo nossas limitações e possibilidades, possa pensar o Brasil e propor um futuro digno à estatura geopolítica que nosso País merece.

Salve o Brasil e seus 200 anos de nação independente!

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara do Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Audiência pública ordinária - 05/07/2017. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 jul. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0868/17>. (Acesso em: 20 ago 2022).

COUTINHO, Marco Antonio de Freitas. *As origens do Pensamento Geopolítico Brasileiro*: a contribuição de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras. Revista Análise Estratégica. Vol 16, nr 2, Mar/ Maio 2020. pp. 7-23.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1981.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015, p. 387.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. In: *Geopolítica*. (Volume I). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [1980] 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. In: *Geopolítica*. (Volume III). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [2002] 2011b.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1938.



Painel II: “Elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”

Geopolítica do Brasil: elementos de permanência e desafios futuros

Geopolitics of Brazil: elements of permanence and future challenges

Tenente-Coronel Selma Lúcia de Moura Gonzales* (Moderadora da Mesa 2)

Oficiala do Quadro Complementar do Exército (QCO). Doutora em Geografia Humana pela USP; Mestre em Gestão do Espaço Regional pela UnB; Especialista em Ensino de Geografia pela UEL; Analista e Coordenadora do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (2014-2015). Foi professora e pesquisadora no Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2013-2016); professora e pesquisadora de geopolítica e crises internacionais da ESG, campus Brasília (2016-2020) e professora assistente no curso Defesa, Segurança e Política Externa do Instituto Rio Branco/MRE (2019-2020). Atualmente, exerce a função de analista e coordenadora de pesquisa do Núcleo de Estudos Prospectivos do CEEEx.



Palavras-chave:

Geopolítica; Elementos de Permanência; Desafios.

Keywords:

Geopolitics; Permanence Elements; Challenges.

O Seminário “200 anos da Independência: trajetória geopolítica do Brasil”, evento promovido pelo Estado-Maior do Exército no dia 06 de setembro de 2022, buscou discutir, no contexto das comemorações alusivas aos 200 anos da Independência Nacional, a trajetória histórica e geopolítica do nosso País considerando os desafios enfrentados nesse período e as oportunidades futuras e, tendo como eixo transversal, a participação do Exército como instituição nacional permanente.

Nesse contexto, o segundo Painel, denominado “Elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”, teve como proposta trazer à luz os desafios ainda não totalmente superados no processo de construção nacional, os desafios internos e de projeção internacional do Brasil, com destaque para as ameaças e as oportunidades no campo da defesa e segurança nacional.

Ao olharmos para o Brasil do século XIX desde uma perspectiva geopolítica, especificamente o ano de 1822, e seguirmos até o século XXI, ano de 2022, em um recorte temporal dos 200 anos da Independência, vamos identificar elementos de permanência favoráveis, desafios superados e não superados e avanços.

Começando pelos elementos de permanência favoráveis e desafios superados, o primeiro aspecto que se destaca é a capacidade de manutenção da integridade territorial, tanto internamente, traduzido pela unidade nacional, quanto pela conservação dos territórios conquistados, por meio da resolução de questões fronteiriças.

Em um país de dimensões continentais, com 8.510.345,540 km², o 5º maior do mundo em território, não foi tarefa trivial a manutenção da coesão territorial e, concomitantemente, da paz social, em uma realidade onde existiam consideráveis disparidades regionais. A esse desafio, não podemos nos furtar de colocar em relevo a acertada e competente atuação do Exército Brasileiro e do seu Patrono, o Duque de Caxias, nas lutas pela pacificação das revoltas pós independência no século XIX.

Quanto à permanência dos territórios conquistados, destacamos o papel crucial da Diplomacia brasileira nas negociações com os países vizinhos. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, entre 1895 e 1909, em um período de quatorze anos, conseguiu levar a bom termo as negociações sobre as fronteiras do Brasil com sete países, de maneira que, passados mais de 150 anos desde o último conflito com um país fronteiriço, podemos afirmar que as questões de fronteira foram resolvidas e a cooperação é o caminho que norteia a política externa com relação aos nossos vizinhos.

Ainda na perspectiva geográfica, um segundo elemento de permanência favorável são nossas riquezas naturais. O território brasileiro contém a maior floresta equatorial do planeta, a floresta Amazônica que, por suas características e amplitude, supõe a aproximação com os países dos quais compartilha a sua existência. Para permitir essa visão conjunta dos desafios e oportunidades para gerir o bioma amazônico, em 1978 foi criado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), envolvendo Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Bolívia, Guiana e Suriname. Com sede em Brasília, o TCA foi transformado em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1995.

Além do bioma amazônico, o território brasileiro guarda outras riquezas, representadas pelas reservas de água doce contidas em sua extensa e volumosa rede hidrográfica, tanto superficialmente quanto em aquíferos de grandes proporções. É o caso do Alter do Chão, localizado no Norte do país e considerado o maior do mundo em volume de águas disponíveis, assim como o Aquífero Guarani, localizado no Sul, estendendo-se por 1,2 milhão de Km², entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Nesse último exemplo, mais uma vez a geografia supõe a cooperação com os países vizinhos para uma visão compartilhada dos desafios e oportunidades na gestão dessas riquezas, pois, é oportuno lembrar que, embora as fronteiras dos países suponham a separação, a geografia física não obedece às construções políticas.

Seguindo na perspectiva dos recursos naturais, podemos citar, ainda, as extensas áreas de terras agricultáveis, os inúmeros recursos energéticos, a rica biodiversidade, o extenso litoral brasileiro e sua zona econômica exclusiva, as áreas de expansão da plataforma continental, entre outros.

Um terceiro elemento de permanência favorável é nossa coesão social. O Brasil tem a sexta maior população do mundo, estimada em 215.169.810 pessoas, segundo o IBGE (2022). Apresentando uma grande diversidade étnica, o País mantém sua estrutura social sem rupturas e as pessoas conseguem se comunicar em um único idioma, fato que não é trivial considerando os diversos movimentos migratórios desde o século XIX até hoje, com a confluência de povos de todos os continentes e regiões do mundo.

Considerando os desafios superados e os elementos de permanência favoráveis, retomemos o que escreveu Therezinha de Castro, em 1986, quando listou as condições básicas indispensáveis que um país deveria possuir, simultaneamente, para se enquadrar na categoria de nação emergente no âmbito das Relações Internacionais. Segundo a autora, seriam os seguintes:

- (1º) Superfície territorial maior do que 5.000.000 km²;
- (2º) Continuidade territorial;
- (3º) Acesso direto e amplo ao mar;
- (4º) Recursos naturais estratégicos e essenciais;
- (5º) População maior do que 100 milhões de habitantes;
- (6º) Densidade demográfica maior do que 10 habitantes por km² e menor do que 200 habitantes por km²;
- (7º) Homogeneidade racial.

Ainda segundo Castro, essas sete condições básicas, naquele contexto [1986], só eram preenchidas por dois países: a China e o Brasil.

Assim, no âmbito das Relações Internacionais, apesar dos grandes espaços vazios por preencher e integrar, figuramos entre as nações mais populosas do Globo. Nação das mais populosas, onde a homogeneidade racial se vem impondo desde os primórdios coloniais, com três condições fundamentais para ser Grande Potência: espaço, posição e matérias-primas; somos, portanto, dentro do conceito geopolítico global, uma Nação satisfeita. (CASTRO, 1986)

Considerando espaço, posição e matérias-primas, geopoliticamente, o Brasil é uma nação incontornável no mundo, porém, não autossatisfeita, haja vista que, ainda, temos vários desafios a serem enfrentados e superados. Desafios que passam pela necessidade de se compactuar uma grande estratégia que alinhe desenvolvimento, defesa e política externa, tendo como eixos norteadores a busca pelo sistemático planejamento de longo prazo e efetiva governança.

Dentre os desafios que o Brasil enfrenta, o tema educação ainda se destaca. Exaustivamente mencionado, ainda é um desafio, pois é a base que dá sustentação à superação dos demais. Uma formação de qualidade, integral em seu sentido lato, resulta em cidadania, pesquisa, inovação, mão-de-obra especializada e, conseqüentemente, desenvolvimento, novas tecnologias, redução de desigualdades e bem-estar social.

Outro desafio refere-se ao processo de desindustrialização, processo danoso à economia nacional, pois se associa a fenômenos negativos, como a perda de competitividade das exportações industriais, que se manifesta por meio da reprimarização da pauta exportadora; e o aumento das importações, não somente de bens de capital e de consumo, como também de insumos industriais, o que afeta nocivamente diversas cadeias produtivas da indústria brasileira (CANO, 2012 apud FIESP, 2015, p. 19). Resumindo, esse processo provoca a redução do valor agregado na pauta de exportações, a dependência na aquisição de produtos tecnológicos e a perda de competitividade na nova Divisão Internacional do Trabalho.

Um terceiro desafio diz respeito à infraestrutura de transportes, pois ainda temos uma inconclusa integração regional, uma distribuição modal concentrada no setor rodoviário e elevados custos operacionais. Não é um desafio simples, considerando as dimensões continentais do Brasil, mas é um aspecto estratégico a ser atendido, pois a infraestrutura de um país é o alicerce que sustenta o desenvolvimento e abre perspectivas para promover maior crescimento. Uma infraestrutura adequada proporcionará a mobilidade (urbana e rural) da população e todas as oportunidades daí decorrentes (deslocamentos e transportes de pessoas, produtos, serviços), permitirá a integração regional e o fortalecimento geopolítico do País, contribuindo para a redução das vulnerabilidades e das disparidades regionais.

Retornando ao Painel, três painelistas abordaram temas que levaram à reflexão sobre “elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”. A primeira fala, do Coronel Guilherme Otávio Godinho de Carvalho, abordou os dilemas estratégicos brasileiros considerando a Defesa, o Exército e a Nação. O segundo expositor, o Professor Doutor Alcides Costa Vaz, trouxe à reflexão alguns desafios estruturais ligados à questão social e à Defesa e, por fim, o Ministro Almir Lima Nascimento, colocou em relevo os desafios tecnológicos no século XXI e o Brasil nesse contexto.

Por fim, há que se considerar que, nesse recorte temporal de 200 anos de Independência, olhamos nossos elementos favoráveis de permanência e nossos desafios. Porém, não podemos nos furtar de mirar o futuro com humildade, coragem e determinação. Humildade para reconhecer os nossos desafios ainda existentes, coragem para buscar soluções compactuadas e efetivas e determinação para que as ações tenham continuidade e se concretizem no curto, médio e longo prazo.

O Brasil tem grandes desafios, mas também tem forte potencial. Um país que reconhece suas fragilidades, mas conhece suas potencialidades, também encontrará caminhos para fortalecer o tripé que caracteriza um Estado-Nação: povo, território e soberania. Prosperidade e bem-estar social para o seu povo; desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, paz social e capacidade de defesa para manter sua integridade territorial e sua soberania. Em suma, um País próspero, coeso, multiétnico e que se destaca positivamente no concerto das nações.

Referências

CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986, p. 33 e 34.

FIESP. *Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB*. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. Maio 2015. Disponível em: <www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508>. Acesso em: 13 set. 2017.

IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em 5 out. 2022.





Fotos do painel 2.

A SEGUIR, TEXTOS REFERENTES AO PAINEL 2.

Defesa, Exército e Nação: Dilemas Estratégicos Brasileiros

Defense, Army and Nation: Brazilian Strategic Dilemmas

Coronel R1 Guilherme Otávio Godinho *

*Coronel de Artilharia do Quadro de Estado-Maior da Reserva do Exército Brasileiro. É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Inteligência Militar pela Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEX), em Relações Internacionais (UnB) e em Bases Geo-Históricas para Formulação Estratégica (ÉCEME). Diplomado em Política e Estratégia de Defesa pelo William J. Perry Center. Atualmente é doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Analista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx).



Palavras-chave:

Defesa; Exército; Nação.

Keywords:

Defense; Army; Nation.

Ao comemorar os 200 anos de sua independência, o Brasil celebra conquistas importantes e avanços significativos no processo de construção nacional. O Exército Brasileiro, como fração indissociável da sociedade a que serve e ator de incontestável relevância na consolidação do Estado e na conformação da Nação, rejubila-se no contexto das celebrações, ao mesmo tempo que reafirma seus compromissos para com o enfrentamento veemente dos desafios futuros.

Na tentativa de descortinar algumas possibilidades de futuro para o Brasil, o presente ensaio tem por objetivo suscitar algumas reflexões acerca do prosseguimento da trajetória do País, destacando o papel do Exército Brasileiro e do Setor de Defesa no processo de gerenciamento dos desafios vindouros. Nesse contexto, faz-se necessário ressaltar o peso e o valor dos elementos de permanência que caracterizam e sublinham o pensamento militar brasileiro, estrutura medular de nossa cultura estratégica.

O pensamento militar é entendido como aquele que consubstancia as reflexões acerca de temas e assuntos inerentes às atividades tipicamente militares, tais como a guerra (emprego da força) e a solução dos problemas críticos a ela vinculados. Em um contexto mais amplo, está imbricado com o pensamento estratégico. A História assinala que, no Brasil, a significativa participação dos militares na conformação do Estado e da Nação acabou por consolidar um pensamento militar brasileiro muito característico, e que extrapola, por circunstâncias próprias, o entendimento supramencionado.

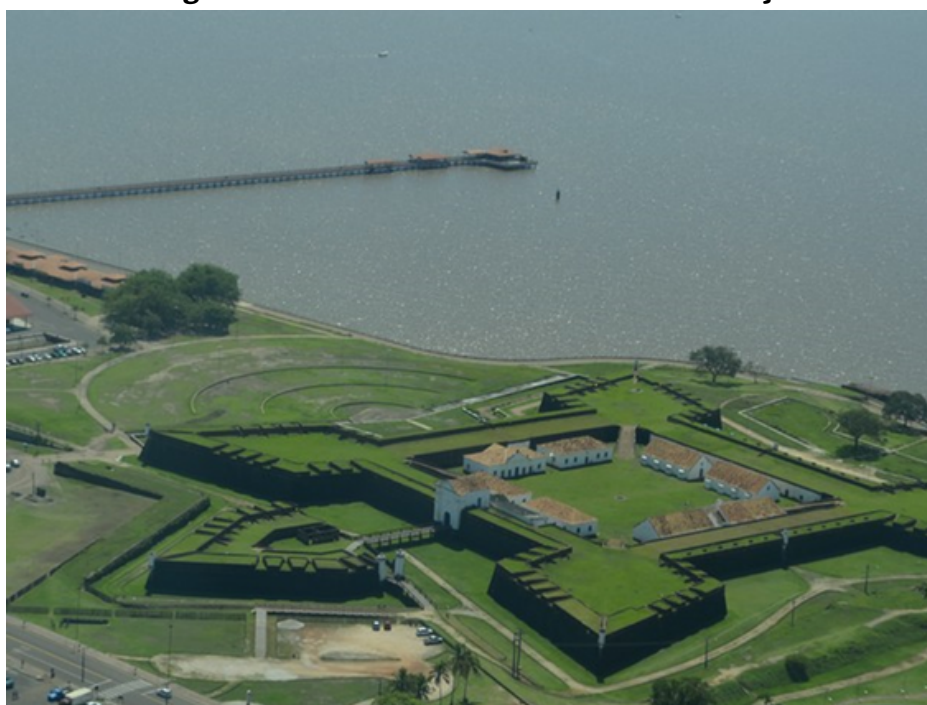
Dessa forma, entendendo-se, sumariamente, cultura estratégica como o somatório de ideias, percepções e crenças que guiam e circunscrevem a forma de pensar questões estratégicas nacionais, é possível inferir sobre a relevância da influência do pensamento militar brasileiro na construção de uma cultura estratégica tipicamente brasileira. Destarte, é possível observar a influência desta cultura sobre o modelo de defesa do Estado brasileiro. “As cabeças pensam onde os pés pisam”.

A estratégia tem muitas dimensões e uma delas é a cultural, variável componente do pensamento estratégico nacional. Do exposto, elementos ideacionais de permanência, imbricados com a ideia maior de uma indeclinável e alargada responsabilidade para com iniciativas, ações e projetos devotados à construção e à consolidação dos alicerces do Estado nacional, compõem o quadro de referência para a formulação do pensamento estratégico brasileiro. O slogan do Exército Brasileiro – “braço forte, mão amiga” – materializa bem a essência da ideia apresentada, comunicando, por meio de 4 palavras, a síntese do compromisso da instituição para com o Estado e a Nação a que serve. Somos aquilo que fazemos!

O Brasil é um país de dimensões continentais. Para além das nossas características territoriais, a geografia nos impõe desafios relevantes para a configuração de um modelo de defesa eficaz: abundância de recursos naturais, distribuição irregular da população, extenso litoral, fronteira terrestre de quase 17.000 quilômetros (grande parte dela, seca), fatores fisiográficos peculiares, etc. Sua estatura político-estratégica é significativa, constituindo-se em um ator meritório do sistema internacional.

O Estado brasileiro comunica, por intermédio dos principais documentos de defesa do País – Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional –, que nossas principais posturas estratégicas são a Presença e a Dissuasão. A espalhada presença militar é justificada pelos desafios que apresentam os vazios demográficos para a integração e para a coesão nacionais. Na Amazônia, somam-se a dificuldade de mobilidade e as riquezas naturais presentes naquela região. Não obstante, vale lembrar o papel histórico do segmento militar na consolidação da fronteira terrestre na porção norte do nosso território – destacadamente pelo estabelecimento de um robusto conjunto de fortes –, conectando, há muito, o Setor de Defesa àquela região, conforme **figura** a seguir.

Figura: Áreas interiores de intercâmbio fronteiriço



Fonte: G1 Amapá – Rede Amazônica
Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/fotos/2014/03/fotos-veja-imagens-da-fortaleza-de-sao-jose-de-macapa.html>

Quanto à dissuasão, o principal desafio se concentra na obtenção das capacidades necessárias para produzirem a credibilidade necessária. Cabe recordar que, para além de uma força crível que sustente o posicionamento coercitivo que desencoraje uma ação de afronta ao Estado brasileiro, uma efetiva comunicação estratégica e a vontade política para executar as ações dissuasórias comunicadas compõem o tripé da postura estratégica da Dissuasão. Assim, é lícito inferir que os planejadores estratégicos do Setor de Defesa, invariavelmente, deparam-se com alguns inexoráveis questionamentos: quais são nossas prioridades de defesa? Como garantir a obtenção das capacidades de defesa necessárias em face das resilientes incertezas orçamentárias? Quais estratégias de emprego devemos priorizar? Qual é o desenho de força ideal?

Pensar defesa nacional de forma integrada, priorizando desafios e estabelecendo objetivos (estratégias e ações estratégicas) de forma conjunta e unificada – como Setor de Defesa –, é sinal de maturidade política e estratégica. A criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, é um marco importante no processo de evolução e de amadurecimento da defesa nacional. Não obstante os resilientes desafios, o Brasil tem avançado no incontestável objetivo de tornar suas Forças Armadas mais interoperáveis, preparadas e capazes. O Exército Brasileiro, alinhado e comprometido com o fiel cumprimento das suas missões constitucionais, implementa um processo de transformação que aspira um “braço cada vez mais forte”, sem descuidar de seu perene compromisso com a “mão amiga”.

O MD, como estrutura do Poder Executivo, é o principal ator político responsável por fomentar a interação e a cooperação com os demais setores do governo que possuam relação com a defesa do País, destacadamente aqueles ligados ao desenvolvimento nacional e às relações exteriores. A defesa dialoga com o desenvolvimento quando apoia as ações do Estado para reduzir suas deficiências estruturais (por meio de ações subsidiárias ou outras extraordinárias), bem como quando colabora na promoção da autonomia tecnológica e produtiva nessa área de defesa, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias críticas. Com a diplomacia, progressivamente, articula-se em diversificados palcos onde se fazem necessárias a garantia e a defesa dos interesses nacionais. As políticas externa e de defesa são, naturalmente, complementares e indissociáveis.

A acurada leitura e a compreensão do tabuleiro internacional são fundamentais para a identificação das implicações geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil, particularmente no que tange ao campo da defesa. Em um esforço de síntese, pode-se destacar a contestação da ordem internacional liberal do pós-II Guerra Mundial (ordem esta ratificada ao término da Guerra Fria), capitaneada pelos EUA, como a dinâmica central que rege as relações internacionais contemporâneas. Ainda que não seja consenso, é lícito inferir, inclusive, que o fenômeno reúne potencial para impulsionar um eventual processo de transição hegemônica mundial.

Nesse contexto de transformação da estrutura de poder mundial, caracterizada pela emergência de novos polos de poder, observa-se o acirramento da competição entre as grandes potências, com inevitáveis transbordamentos para os tabuleiros regionais. Assim, vivemos em um mundo multipolar (na verdade, uma multipolaridade bipolar), marcado pelo incremento de disputas por espaços de influência que possam auferir vantagens e oportunidades aos interesses nacionais. Por certo, um mundo mais conflitivo e inseguro.

Do ponto de vista da geoestratégia, o mencionado quadro aponta para uma reestruturação da arquitetura de segurança global. A corrente reconfiguração sistêmica da balança de poder mundial impulsiona a relevância do poder duro – econômico e militar –, bem como motiva a remodelagem de parcerias e alianças. Diante de tal cenário, torna-se evidente a premente necessidade de ajustes no estabelecimento de objetivos e estratégias nacionais. O Brasil, potência regional intermediária, dotado de significativos recursos de poder, deve encarar esse cenário de incertezas e reacomodações com a sobriedade que sua estatura política requer.

Nesse diapasão, infere-se a necessidade do Estado brasileiro traçar uma Grande Estratégia – clara, articulada, funcional e coerente com a realidade nacional. A partir de uma visão integrada de país, adotar um mecanismo de planejamento estratégico que permita a garantia e a defesa do interesse nacional em todas as manifestações. Um projeto de nação que alcance as principais demandas e oriente como superar os desafios fulcrais para o desenvolvimento inclusivo, sustentável e robusto do Brasil. Como pressuposto fundamental, se faz necessário, por óbvio, um honesto e completo diagnóstico, associado ao necessário acompanhamento (e avaliação) da conjuntura – trabalho metódico, sistemático e perene. Inteligência estratégica, com volume e qualidade. Conhecermo-nos, com profundidade, faz parte do dever de casa!

Do conjunto de desafios medulares para o Brasil, é possível destacar alguns, dentre os quais: garantir sua soberania, política e territorial; incrementar a produtividade, com ganho de competitividade; reduzir a desigualdade social; atenuar o flagelo da insegurança pública; avançar, robustamente, na Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), com redução da dependência externa no setor; e gerenciar, com pragmatismo, sua inserção internacional, baseado em interesses nacionais bem definidos.

Como conclusão, apresentam-se algumas reflexões acerca do que seria o papel do Setor de Defesa e do Exército Brasileiro como atores importantes no contínuo processo de gerenciamento dos supracitados desafios, conforme quadro a seguir.

Reflexões acerca do papel do Setor de Defesa e do Exército Brasileiro

- Como estruturas nacionais permanentes, servidoras do Estado e da população, continuar a busca incessante pelo mais elevado nível de profissionalismo, com vista ao cumprimento eficaz das suas missões;
- Renovar, indefinidamente, o compromisso de servidão para com a nação brasileira. Ao Exército, manter-se firme como seu “braço forte, mão amiga”;
- Manter a resiliente busca pela obtenção das capacidades que garantam, com credibilidade, a dissuasão como postura estratégica do Estado;
- Incrementar a interação com a diplomacia, objetivando otimizar e garantir a defesa dos interesses nacionais, bem como elevar o nome do Brasil no concerto das nações;
- Auxiliar no incessante processo de incremento do desenvolvimento nacional; e
- Garantir, como compromisso fundamental, a inegociável soberania política e territorial do Brasil.



Brasil 200 anos: cinco desafios remanescentes

Brazil 200 years: five remaining challenges

Professor Alcides Costa Vaz*

*Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1982), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1987) e doutorado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP (2001). Atualmente, é Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB, onde exerce a Coordenação Geral do Grupo de Estudos de Política e Segurança Internacional (GEPSI). Ex-Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)(2016-2020). Ex-pesquisador senior do CEEEX.



Palavras-chave:

Desafios; Sociedade; Estado.

Keywords:

Challenges; Society; State.

O Bicentenário da Independência é oportunidade ímpar para refletirmos sobre os desafios que o Brasil logrou vencer e sobre aqueles que ainda perduram, referentes à consolidação do Estado, à promoção do bem-estar econômico e social de sua população e à sua inserção na comunidade internacional. Esta breve reflexão não se propõe a abordar essas três dimensões em sua inteireza, o que, além de pretencioso, ultrapassa o propósito e os objetivos do Seminário. Objetiva, antes, apontar aqueles desafios que, desde a ótica do presente, não foram adequada ou suficientemente respondidos e que, por consequência, permanecem em pauta, com incidência direta e significativa, quando não, determinante, no delineamento dos horizontes e possibilidades do País face às agendas e aos espaços de atuação, tidos como indispensáveis para a consecução de seus interesses doméstica e internacionalmente. Ao fazê-lo, assumimos como referente principal a sociedade, uma vez ser esta tanto a fonte primordial de legitimação do Estado, como também a destinatária maior das preocupações e das ações dele, no exercício de suas prerrogativas e competências.

O primeiro desafio remanescente a merecer atenção prioritária é a redução da desigualdade econômica e social. É amplamente reconhecido o fato de que o Brasil logrou significativos avanços no tocante à prosperidade e ao desenvolvimento econômico, perfilando entre as maiores economias do planeta. Contudo, ainda está bastante distanciado das economias avançadas e exibe níveis de concentração de renda, de pobreza e de desenvolvimento humano que permitem afirmar ser um país injusto para com grande parte de sua população. Sociedades que ostentam níveis de desigualdade como a brasileira são como corpos mutilados, autolimitados em suas capacidades e potencialidades, impossibilitados, portanto, de alcançar o pleno atendimento e realização de suas necessidades e aspirações. Os indicadores da desigualdade econômica e social, das disparidades regionais, igualmente expressas no tocante a gênero e raça, testam, por si mesmos, a insuficiência dos esforços empreendidos na promoção do desenvolvimento em sua acepção mais ampla e, mais ainda, a dimensão do desafio remanescente nesse campo.

Isso nos conduz ao segundo desafio, qual seja, a promoção do desenvolvimento em base sustentada, sustentável e com equidade, o que remete à necessidade de perseguir a transformação produtiva que permita à sociedade brasileira lidar simultaneamente com transição ainda incompleta, de uma sociedade industrial para uma sociedade de conhecimento no marco de economias digitais - desafios próprios das últimas quatro décadas - e com o advento emergente de um mundo pós-digital, impulsionado por novos vetores tecnológicos, com destaque às tecnologias e à computação quânticas e seus desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Não se trata, portanto, apenas de acompanhar o desenvolvimento ditado, na ponta, por avanços e inovações tecnológicas em suas diversas aplicações e de reduzir os variados gaps tecnológicos, o que por si só, já representa um desafio de enormes proporções, ainda mais se considerados os investimentos insuficientes do País em educação, ciência, tecnologia e inovação. Trata-se, também, e não apenas subsidiariamente, o que representa um terceiro desafio, de lidar com tecnologias sociais emergentes que moldarão as possibilidades de configurações sociais no futuro próximo, quando o País ainda se debate com temas como a universalização do acesso à educação em seus diferentes níveis, insuficientes níveis de inclusão digital, fragilização de instituições basilares da própria sociedade, dentre outros.

O que está em questão, portanto, é o cada vez mais delicado e complexo equilíbrio entre os indeclináveis contornos de uma sociedade plural, de um lado, e a promoção e preservação de coesão política e social em torno de concepções convergentes sobre princípios e valores fundamentais, sobre prerrogativas, competências e limites do Estado, as instituições da própria sociedade, formas de reconhecimento e valoração da pluralidade nos diversos âmbitos da vida comunitária. A isso se acresce a promoção de um sentido de responsabilidade e solidariedade de cunho cosmopolita que conecte a sociedade brasileira às demandas e às exigências de um ambiente internacional marcado por crescentes ameaças, riscos e vulnerabilidades em diferentes âmbitos e cuja premência se expressa de modo claro na agenda ambiental e nas implicações imediatas e mediatas da mudança climática.

Por fim, colocamos em destaque como quinto desafio remanescente, as transformações demográficas que o planeta e o próprio Brasil já experimentam. Projeções das Nações Unidas apontam que o século XXI será marcado pelo maior crescimento demográfico, projetado em 5,1 bilhões, face aos 4,5 bilhões registrados no século XX, sendo o continente africano o epicentro deste aumento. Nos próximos cinquenta anos, estima-se que o aumento da população africana alcance 1,3 bilhões, ou seja, aproximadamente a atual população da China. A população global, hoje estimada em 7,3 bilhões, deverá alcançar 11,2 bilhões no ano 2.100, imprimindo uma pegada ecológica (os impactos sobre o meio ambiente) 50% maior do que a biocapacidade do planeta, o que se agrava, se tomadas em conta as perspectivas quanto ao aquecimento global e à degradação dos ecossistemas terrestres.

No caso brasileiro, sabe-se que o País vivencia o envelhecimento de sua população, com pressões crescentes sobre a previdência social e os gastos públicos, sobre a estrutura de serviços, e também importantes impactos no mercado de trabalho e nas instituições sociais de modo geral, em uma tendência, em princípio, aparentemente contraposta àquela observada no plano global. No entanto, isso não é verdadeiro. As mudanças demográficas que estão em curso no Brasil tendem a favorecer, por distintas razões, fluxos migratórios por sua vez também impulsionados por outras razões. O que se pretende assinalar é que as migrações, sobretudo internacionais, que serviram tradicionalmente como “válvulas de escape”, para permitir acomodações face às disparidades econômicas e sociais e à desigual distribuição de oportunidades entre países e sociedades, tendem a não mais atuar no mesmo sentido, tornando-se, antes, importante fonte de tensões domésticas e internacionais. Essa tendência expressou-se de forma clara na crise migratória de 2016 e segue manifestando-se em diferentes contextos, alimentando resistências e, quando não, discriminações, conflitos e xenofobismo. Nas próximas décadas, a exposição do Brasil a esses aspectos tende também a aumentar. Nos dois primeiros séculos de trajetória independente, o Brasil valeu-se das migrações, inclusive forçadas, em prol de seu desenvolvimento. No futuro, as migrações seguirão como um fator importante face às dinâmicas e às necessidades, tanto de ordem interna quanto externa, mas não deverão servir como um elemento funcional e de baixo potencial para suscitar crises e tensões.

O conjunto de desafios considerados põe em questão a capacidade de articulação política das instituições de Estado, de governo e da própria sociedade, em um contexto marcado por acentuadas incertezas e crescente insegurança, do ponto de vista externo, e de tensionamento e fragilização do tecido político e social. No marco dos duzentos anos de independência, não são tanto os desafios à soberania nacional que avultam, mas antes o da própria nação brasileira de preservar e fortalecer os laços de identidade e o sentimento de pertencimento, condições indispensáveis para se manter socialmente e politicamente coesa.



200 Anos de Independência do Brasil: Trajetória Geopolítica e o Desafio Tecnológico do Século XXI

200 Years of Brazilian Independence: Geopolitical history and the Technological Challenge of the 21st Century

Ministro Almir Lima Nascimento*

Graduado em Direito (UFF, 1987). Professor titular do Instituto Rio-Branco (2016 e 2020). Diplomata de carreira do MRE desde 1992, possui experiência nas áreas de gestão e do Direito, este último com ênfase em Direito Internacional Público. Atualmente, é aluno de Mestrado profissional em Administração Pública, pela Universidade de Brasília. Ao longo de sua carreira na Diplomacia, atuou nas áreas de difusão da cultura brasileira, consular (serviu como Cônsul Adjunto no Consulado Geral do Brasil em Paris) e promoção comercial.



Palavras-chave:

Conhecimento científico-tecnológico; Globalização; Geopolítica.

Keywords:

Scientific-technological knowledge; Globalization; Geopolitics.

Na trajetória iniciada em 7 de setembro de 1822, com o Grito do Ipiranga, a conquista da independência política, a formação do Estado brasileiro e a definição das fronteiras nacionais foram os principais desafios geopolíticos enfrentados pelo Brasil no século XIX. Militares e diplomatas tiveram importante papel nessa fase inicial do processo de construção do Brasil que se estendeu até meados do século XX. O enfrentamento bem sucedido desses três desafios pela nação brasileira contribuiu para fixar os elementos de permanência nas vertentes política e territorial, dando, assim, voz e forma ao próprio Estado brasileiro, e à sua ação, tanto interna quanto externamente.

Outro desafio geopolítico, não apenas para o Brasil, mas para o mundo, surgiu a partir da segunda metade do século XX. Um novo paradigma tecnológico decorrente do rápido e vertiginoso crescimento do conhecimento científico-tecnológico, notadamente nas áreas de microeletrônica e informática, que embasou o desenvolvimento e popularização das chamadas tecnologias de informação e comunicação (TIC). O novo paradigma acelerou e aprofundou, de forma inédita, o processo secular de globalização iniciado na Revolução Industrial inglesa do século XVIII e vem exercendo crescente influência sobre a forma como a economia e a sociedade se organizam nos dias de hoje.

Visto pelo prisma da geopolítica, o novo paradigma tecnológico transformou as relações entre países, na medida em que estabeleceu um desequilíbrio: os detentores de tecnologia civil e militar assumem a dianteira e ficam em condições mais propícias para atingir os objetivos nacionais permanentes por eles fixados e o exercício da soberania.

Por outro lado, os países que não se encontram nesse grupo seguirão enfrentando uma situação de fragilidade, dado o potencial crescimento de uma dependência tecnológica capaz de torná-los ainda mais vulneráveis e distantes do atingimento de seus objetivos e interesses nacionais. É possível dizer que o novo paradigma tecnológico relança, no século XXI, a discussão sobre o que torna um país independente, próspero e sustentável economicamente, e justo, socialmente. O preenchimento de tais condições mostra-se essencial para a ocupação do lugar a que faz jus na comunidade internacional.

Porém, antes de tecermos outras considerações sobre o novo paradigma tecnológico e sobre postura para lhe fazer frente, vale recordar como ocorreu o enfrentamento dos três desafios geopolíticos do século XIX. Militares e diplomatas, que tiveram uma origem burocrática comum, exerceram papéis distintos, porém complementares no enfrentamento daqueles desafios, revelando estarem à altura das principais questões de seu tempo.

O Decreto de 11 de março de 1808, do Príncipe Regente D. João, que chegara ao Brasil com a família real e a corte portuguesa, instituiu a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A separação das duas Pastas só seria feita com o Decreto e Instruções de 11 de abril de 1822, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino do Brasil e Negócios Estrangeiros, e a Secretaria da Guerra, publicado pouco antes do retorno de D. João VI a Portugal.

Militares e diplomatas foram atuantes no período seguinte ao da Proclamação da Independência e durante a consolidação do novo status político no território nacional. Os militares tiveram participação importante na neutralização de focos de resistência nas Províncias da Bahia, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina. Nos anos seguintes, ajudaram no combate a sublevações em distintos pontos do Brasil, como na da Confederação do Equador, em Pernambuco (1824); na Revolta dos Malês, na Bahia (1835); na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835); na Sabinada, na Bahia (1837); na Balaiada, no Maranhão (1841); na Revolução Praieira, em Pernambuco (1848); na Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul (1893); e na Guerra do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina (1912).

Os diplomatas, por sua vez, atuaram em um primeiro momento no processo político de reconhecimento da Independência do Brasil. Argentina (1823); Estados Unidos da América (1824); México (1825); Portugal (1825) e Grã-Bretanha (1825) estão entre os primeiros países que reconheceram o Brasil independente.

No panteão diplomático brasileiro, destaca-se a figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Apoiando-se no trabalho de dois outros grandes nomes da diplomacia luso-brasileira, Alexandre de Gusmão (1695-1753) e Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), Rio Branco levou a cabo um ciclo de negociações de quatorze anos, dos quais dez anos à frente do Ministério das Relações Exteriores. Entre 1895 e 1909, conseguiu negociar as fronteiras do Brasil com sete países, por meio de arbitragens ou acordos, conseguindo legar um patrimônio de paz e reconhecimento internacional que faria do Brasil um país "geopoliticamente satisfeito", segundo o político gaúcho e Chanceler Oswaldo Aranha. Na lista de negociações, ocorridas já no período republicano, temos: Argentina em 1895 (decisão arbitral); Guiana Francesa em 1900 (decisão arbitral); Bolívia em 1903 (tratado); Equador em 1904 (tratado); Guiana Holandesa em 1906 (tratado); Colômbia em 1907 (tratado); Peru em 1909 (tratado); e Uruguai em 1909 (tratado).

Após um longo ciclo de cento e cinquenta anos, em que o Brasil logrou conquistar sua independência política, ao separar-se de Portugal, e ter essa independência e suas fronteiras reconhecidas internacionalmente, o que consolidava a presença do Brasil no concerto internacional de países, passamos a experimentar, juntamente com o resto do mundo, um novo tipo de desafio geopolítico que, a partir de meados dos anos de 1970, começou a redefinir a face do mundo, incluindo as relações internacionais.

Os antecedentes desse novo desafio estão, mas não apenas, na invenção e no desenvolvimento do transistor, em 1948, pelos *Bell Laboratories*. Um feito que inaugurou uma nova era na microeletrônica. Na sequência, viriam os microchips em lâminas de silício, que dariam origem aos circuitos integrados e aos microprocessadores, que rapidamente se tornariam cada vez mais potentes, menores e mais baratos, impulsionando o desenvolvimento da informática de forma exponencial.

Pereira (2003) nos dá um exemplo da dimensão do que significa exponencial quando alude à lenda sobre a criação do jogo de xadrez. Segundo ela, extremamente contente e maravilhado com o novo jogo, um soberano teria perguntado ao criador qual recompensa gostaria de receber por sua invenção. O inventor pediu apenas um grão de arroz, na primeira casa do tabuleiro, e que esse valor fosse sendo dobrado a cada casa até a última. Ao final, seria feita a soma de todos os grãos de todas as casas. O que parecia um pedido simples de ser atendido mostrou-se, na prática, impossível, pois, começando com um grão, depois dois e daí por diante, na casa trinta e dois, já seriam mais de 2 bilhões e 147 milhões de grãos e, na casa 64, chegar-se-ia a 9 quintilhões e 223 quatrilhões de grãos. Ao somar o valor da casa 64 com o de todas as casas anteriores, os servidores do soberano descobriram espantados que não haveria arroz em todo o reino para satisfazer o pedido do inventor. Mais que isso, se houvesse tanto arroz, não haveria forma de transportá-lo, e, menos ainda, de armazená-lo.

Essa pitoresca lenda serve como alegoria para ilustrar o que foi o desenvolvimento da informática ao longo de cinco décadas. Gordon E. Moore, executivo e CEO (chief executive officer, no acrônimo em inglês) da INTEL, cunhou, em 1965, o que seria chamada de Lei de Moore, cujo postulado é de que os sistemas computacionais dobrariam de capacidade a cada 18 meses (prazo depois ajustado por ele para 24 meses), mantendo ou mesmo reduzindo seus custos. Em 1970, os microprocessadores tinham cerca de 2.250 transístores. Esse número subiu para 50 bilhões, em 2020, e a projeção para 2022 é de 80 bilhões. Por outro lado, em termos comparativos, os microprocessadores atuais já seriam cerca de 90 mil vezes mais eficientes e seis (6) mil vezes mais baratos que o de quando foi formulada a Lei de Moore. Como resultado, houve aumento expressivo da capacidade de processamento, barateamento dos equipamentos e sensível miniaturização dos aparelhos. Tudo isso acabou dando origem ao surgimento de telefones celulares, tablets, laptops e desktops.

A combinação sinérgica entre computadores pessoais (a partir da década de 80), internet planetária (a partir de 2000) e computação em nuvem (a partir de 2008) embasa a dimensão digital em que operam a economia e a sociedade atuais. A forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos encontra-se influenciada, por novas ferramentas e aplicativos extremamente populares como o Facebook (2004), Iphone (2007), Waze (2008), Whatsapp (2009), Uber (2009), Airbnb (2009), Instagram (2010) e Telegram (2013). Essa combinação vem acelerando e expandindo o processo de globalização de maneira inédita ao suprimir as barreiras de tempo e espaço, por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Em outras palavras, a grande mudança trazida com o novo paradigma tecnológico, que bem pode ser chamado de revolução tecnológica, foi justamente a de romper com a previsibilidade e a linearidade de desenvolvimento, dando, assim, novo significado aos termos exponencial e disrupção, ao imprimir grande velocidade, amplitude e profundidade, além de forte impacto sistêmico no mundo. A disrupção aumenta a sensação de imprevisibilidade em relação a eventos futuros.

Em 1942, o economista austríaco Joseph Schumpeter formulou a teoria da destruição criativa, segundo a qual o modelo econômico novo destrói o anterior, levando à criação de novos arranjos, produtos e serviços, ressaltando a importância transformadora da inovação. Talvez, por ter sido formulada antes da invenção do transistor, Schumpeter não tenha vislumbrado o potencial transformador das TIC. Por outro lado, esse potencial foi abordado por Khan e Wiener (1967), ao reconhecerem o impacto que as TIC teriam na produtividade de empresas e países. Porém, os autores não chegaram a descortinar a criação de uma sociedade em rede. Esse outro ângulo de visão foi ainda mais bem percebido por Castells (2001), que escreveu com grande erudição sobre a revolução científica e suas implicações sobre a sociedade e o trabalho. No entanto, com toda sua erudição, Castells (2001) não anteviu a chegada das ferramentas e aplicativos que criariam uma rede de relacionamentos em tempo real entre pessoas físicas e jurídicas. Um novo arranjo capaz de criar um novo tipo de economia em que a força da rede é mais importante que a mera posse de ativos. São exemplos disso a Uber, que não tem uma frota própria, e o Airbnb, que tampouco possui os imóveis que aluga.

A configuração e o alcance do mundo em rede deu sentido ao surgimento do termo “geotecnopolítica”, já que a influência da tecnologia abrange todas as áreas e influi no comportamento de sociedades, empresas e países. São elementos da geotecnopolítica o poder cognitivo e o poder estrutural.

A característica exponencial da atual revolução tecnológica advém da combinação entre os mundos físico, biológico e digital (SHWAB, 2016), dando origem a uma série de novas áreas de conhecimento como inteligência artificial, big data, robótica, internet das coisas, nanotecnologia, biotecnologia, novas matrizes energéticas, apenas para nomear algumas das que já fazem parte de nossas vidas. Cabe destacar duas dessas áreas por suas implicações diretas no processo decisório, seja na instância civil ou na militar, uma vez que permitem lidar de uma forma mais lógica e produtiva com o caudal de informações que só faz aumentar: inteligência artificial (IA) e big data.

O aumento excepcional do conhecimento vem exigindo a utilização de ferramentas versáteis e aptas a lidar com o volume, a velocidade e a variedade das informações que são produzidas atualmente. Os métodos de análise e tomada de decisão, seja no campo da formulação e implementação de políticas públicas, seja execução de diretrizes e o atingimento de objetivos nas esferas civil e militar, o uso de novas tecnologias como big data e IA, que em muitos casos trabalham de forma conjunta, é mais que essencial, é estratégico. Por big data, entendemos tratar-se do conjunto de ferramentas capazes de reunir, organizar e, a partir daí, tratar as informações e extrair delas sínteses e conclusões que deem conta de tudo o que foi coletado. Em relação à IA, compreende os sistemas computacionais que conseguem produzir análises, fazer previsões, recomendações ou tomar decisões capazes de influir na transformação do meio circundante.

Os planejamentos estratégicos, ou mesmo uma Grande Estratégia, e sua implementação baseada em processos decisórios tradicionais acabam sendo postos em xeque na nova realidade digital instantânea instaurada no século XXI. Essa nova realidade vem alterando a forma como os países se relacionam, o lugar que ocupam no cenário internacional e a velocidade com que têm de atuar, chegando a dar significado aos termos soberania digital e independência digital.

No que se refere ao papel que nosso país pode desempenhar no plano internacional, sabemos que o caminho a ser trilhado pelo Brasil encontra-se balizado nos objetivos fundamentais da República, listados no artigo terceiro da Constituição Federal, os quais vão ao encontro de um desenvolvimento socioeconômico e regional equilibrado e sustentável. Tais objetivos orientam a definição dos interesses nacionais e o exercício da soberania, elementos estruturantes de uma estratégia geotecnopolítica brasileira.

Se, no âmbito civil, o novo paradigma tecnológico exige a mobilização de grandes esforços, recursos e uma nova mentalidade para fazer frente aos novos problemas, o que dizer, então, do âmbito militar, no qual novas armas, como os mísseis hipersônicos, os sistemas autônomos de armas letais (*LAWS*, no acrônimo em inglês), além da guerra híbrida e da guerra cibernética, são hoje uma realidade. Quanto a essa última, atuando de forma imprevisível e disruptiva, sabemos que possui potencial suficiente para provocar graves danos ou mesmo a destruição total da infraestrutura urbana, industrial, dos serviços públicos, das comunicações, das fontes de energia, sem que haja mesmo a necessidade de se dar um tiro ou de mobilizar uma tropa. Basta um profissional com os conhecimentos técnicos e um computador para infligir esses efeitos nefastos. A guerra cibernética chega a relativizar a importância da guerra convencional.

Os países que souberem fazer frente aos desafios impostos pelo novo paradigma tecnológico do século XXI estarão em melhores condições de atingir seus objetivos internos e externos. Os que não conseguirem, correrão o alto e grave risco de não atingi-los e, conseqüentemente, de terem seu poder de dissuasão diminuído frente às ameaças externas de um cenário em constante mudança.

Dando razão à máxima de Edmund Burke de que "um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la", devemos revisitar o que foi o enfrentamento dos desafios de criação e consolidação do Brasil como país no século XIX, atentos ao que hoje significa ter uma independência e uma soberania que se estendam à vertente digital. Para tanto, o Brasil precisará transitar do que foi uma postura tradicional para uma postura inovadora e sintonizada aos novos tempos, de maneira a:

- (a) garantir a proteção das fronteiras;
- (b) preparar-se para uma eventual guerra cibernética;
- (c) promover a modernização das Forças Armadas, assegurando o efeito dissuasivo que acarreta contra possíveis atores que atentem contra nossa soberania e integridade territorial; e
- (d) acompanhar o desenvolvimento tecnológico no mundo, de maneira a antecipar eventuais riscos e ameaças.

Constatamos, nesses 200 anos, que a trajetória geopolítica do Brasil não é uma linha reta entre dois pontos, mas um círculo em que voltamos a ter de lidar com antigos desafios geopolíticos em um novo formato, no qual foi agregada a vertente tecnológica. No mundo digital e disruptivo em que vivemos, segue fazendo sentido a máxima comtiana de que é necessário "saber prever para prover" .

Referências

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1999.

GREENE, Robert. *33 Estratégias de Guerra: aprenda com as batalhas da história e vença dos desafios cotidianos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2022.

KAKU, Michio. *Visões do Futuro: como a ciência revolucionará o século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. *O Ano 2000: uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

KOSHIBA, Luís; PEREIRA Mazi Frayse, Denise. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1984.

Acesso pela plataforma EBRevistas:
 ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE
 ebrevistas.eb.mil.br/CEEExIE

A Trajetória de participação da Mulher Militar nas Forças Armadas brasileiras

The historical path of military women's participation in the Brazilian Armed Forces

Capitão Célia Regina Rodrigues Gusmão*

Oficiala do Quadro Complementar do Exército (QCO). Graduada em Letras (UERJ/2000). Especialista em Língua Espanhola (UERJ/2003). Especialista em Ciências Militares (EsAO/2015). Especialista em Educação Inclusiva (UNIASSELVI/2018). Mestre em Estudos da Linguagem (PUC-Rio/2013). Foi professora da Academia Militar das Agulhas Negras, do Instituto Militar de Engenharia, dos Colégios Militares de Porto Alegre (CMPA), do Rio de Janeiro (CMRJ), de Curitiba (CMC) e do Centro de Idiomas do Exército. Atualmente, é revisora e tradutora do CEEEx.



Palavras-chave:

Mulher Militar; Forças Armadas; Trajetória.

Keywords:

Military Women; Armed Forces; Historical Path.

1. Introdução

No contexto de 200 anos da Independência do Brasil, este ensaio apresenta um panorama geral sobre a atuação da mulher militar brasileira nas Forças Armadas (FA). Por meio de uma descrição sucinta, apresentam-se duas linhas do tempo: uma sobre as mulheres que se destacaram, no passado, pela atuação em combate e outra a respeito das significativas ações ocorridas, na contemporaneidade, para a inserção da mulher nas FA, com foco no Exército.

Desde a Antiguidade, houve mulheres que se sobressaíram em cenários bélicos. Tômiris, Boudica (**figura 1**), as irmãs Trung, Zenóbia e Joana d'Arc são alguns nomes registrados na história da humanidade por destacados feitos.

Figura 1: Estátua de Boudica em Londres



Fonte: <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofEngland/Boudica/>

No Brasil, quando se pensa na atuação da mulher como militar, é necessário rememorar os feitos, em diferentes épocas, daquelas que tiveram seus nomes eternizados na nossa história. Na tentativa de serem aceitas como soldados, muitas mulheres se fizeram passar por homem, já que a elas não era permitido ser militar, situação que só começaria a mudar no século XX.

A seguir, na **figura 2**, será apresentada uma breve descrição dos feitos das sete (7) mulheres que, no passado mais distante, destacaram-se como verdadeiras heroínas da Pátria: a potiguara Clara Camarão; a baiana Maria Quitéria; a baiana Maria Felipa de Oliveira; a catarinense Anita Garibaldi; a baiana Anna Nery; a cearense Antonia Feitosa; e a pernambucana Maria Curupaiti. Pode-se observar que uma característica comum entre elas é o pendor militar, ou seja, a vocação para atuar nos campos de batalha, demonstrada por atributos diferenciais e valores, tais como: iniciativa, decisão, equilíbrio emocional, coragem, persistência e, sobretudo, determinação para superar obstáculos, entre outros.

Figura 2: Brasileiras que se destacaram por bravura

BRASILEIRAS COM DESTACADA BRAVURA

Algumas das mulheres que se destacaram na história do Brasil por pendor militar

Clara Camarão

(data de nascimento desconhecida)

Índigena que lutou ao lado do companheiro Felipe Camarão contra o domínio holandês no Nordeste. Distinguiu-se na Batalha de Porto Calvo, em 1637. Teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria em 2017, por meio da Lei N. 13.422, de 27/03/2017.



1637

Maria Felipa de Oliveira

(sem data - 1873)

Liderou um grupo de mulheres para impedir as invasões portuguesas na Bahia. É conhecida como heroína da Independência por agir com astúcia e conseguir incendiar mais de 40 embarcações do Exército Português. Teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria em julho de 2018.



1823

1822

Maria Quitéria de Jesus Medeiros

(1792-1853)

Primeira brasileira a integrar uma unidade militar. Combateu no 'Batalhão dos Periquitos', disfarçada de homem, nas lutas pela Independência. Condecorada por D. Pedro I, por brilhantes serviços militares. É a Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais.



1839

Ana Maria de Jesus Ribeiro

(1821-1849)

Conhecida como Anita Garibaldi, a "heroína de dois mundos." Atuou diretamente na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e, posteriormente, no processo de unificação da Itália. Em abril de 2012, foi sancionada a Lei 12.615, que determinou a inscrição do seu nome no Livro dos Heróis da Pátria.



Anna Justina Ferreira Nery

(1814-1880)

Quando viúva, presenciou a convocação de seus filhos para lutar na Guerra do Paraguai e solicitou ao Presidente da Província da Bahia poder acompanhá-los. Atuou como auxiliar do Corpo de Saúde do Exército Brasileiro. Considerada símbolo da Enfermagem no Brasil.



1865

1865

Antonia Alves Feitosa

Conhecida como Jovita. Aos 17 anos, alistou-se disfarçada de homem, para lutar na Guerra do Paraguai. Foi incluída no Exército Nacional como 2º Sargento. Porém, teve sua identidade revelada. Ainda assim, seu alistamento funcionaria como uma espécie de propaganda para estimular o alistamento de outros combatentes voluntários, mas, fora proibida de ir à guerra. Em 2017, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.



Maria Francisca da Conceição (Maria Curupaiti) 1866

A pernambucana disfarçou-se de homem para acompanhar o marido, militar convocado para combater na Guerra do Paraguai, no ataque ao Forte de Curuzu, em 1º de setembro de 1866. Naquela ocasião, seu marido morreu em combate, aumentando ainda mais a disposição da viúva de lutar. Continuou ocultando sua identidade até ser ferida, em Curupaiti, quando foi levada ao hospital e seu disfarce foi revelado. Apesar disso, não foi proibida de lutar e combateu, em Tuiuti. Após a guerra, foi para o Rio de Janeiro, cidade onde permaneceu até a morte.

2. Inserção oficial da mulher nas Forças Armadas (FA)

2.1. Primeira fase

Após esse período introdutório da história do Brasil, quando a participação da mulher nos campos de batalha ocorreu de forma individual, oficialmente, a incorporação feminina nas Forças Armadas ocorreu, de forma coletiva, em duas fases. A primeira, na Segunda Guerra Mundial (II GM), quando foi criado o Quadro de Enfermeiras de Emergência da Reserva do Exército (QEERE), por meio do Decreto-Lei nº 6097, de 13 de dezembro de 1943. Foram sessenta e sete (67) mulheres recrutadas pelo Exército Brasileiro e seis (6) pela Força Aérea, com idade entre 22 e 45 anos. Elas receberam treinamento e protagonizaram a atuação como enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Na Itália, essas pioneiras socorreram os heróis que lutaram nos campos de batalha, em Pistoia, Livorno e Nápoles, na guerra aos países do Eixo. Após a II GM, somente em 1957, foram consideradas integrantes da FEB e tiveram os mesmos direitos deferidos aos combatentes.

As primeiras integrantes das FA romperam paradigmas em uma época em que à mulher era permitido bem pouco na atuação profissional: ser professora ou enfermeira. Nesse contexto de restrições, muitas almejavam ter outras profissões, mas isso ainda não era possível. A convocação para a guerra foi uma oportunidade àquelas que preenchiam os requisitos exigidos. Em depoimento feito em 2008, Virgínia Portocarrero afirmou:

Sonhava em ser militar. Pois é. Eu queria ser militar, eu queria ser homem, ser militar, porque o fulano disse que era homem militar, os meninos, e não havia Colégio Militar para menina. O Colégio Militar era só para homem, então eu fui para o Pedro II, não é? Mas a minha vontade era ser homem e militar. (D'AVILA, 2021)

Os feitos das setenta e três (73) febianas são dignos de constar em um filme. No entanto, apenas alguns nomes ficaram mais conhecidos: Elza Cansanção Medeiros, Virgínia Portocarrero, Carlota Melo, Helena Ramos, Carmen Bebiano, Antonieta Ferreira e Ignácia de Mello Braga. No intuito de divulgar o trabalho dessas heroínas, pesquisadoras da Casa de Oswaldo Cruz (RJ) têm feito ampla pesquisa. O documentário “Aqueles mulheres de farda”, publicado no YouTube oficial do Exército, em 9 de março de 2020, mostra parte dessa pesquisa, conforme **figura 3**.

Figura 3: Documentário sobre as febianas



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xfusHHEKzmk&t=2153s> Acesso em: 09 set 2022.

2.2 Segunda fase

Após 37 anos da primeira fase (1943), começou a segunda etapa da inserção da mulher nas Forças Armadas. A **figura 4**, na página seguinte, apresenta uma retrospectiva sobre a atuação contemporânea da mulher nas Forças Armadas brasileiras, as quais serão comentadas em seguida.

Figura 4: Visão geral sobre o processo de inserção profissional da mulher nas FA



Fonte: a autora

Em 1980, a Marinha do Brasil foi a pioneira a abrir suas portas para o ingresso feminino. Essa abertura representou um grande marco na história do Brasil. Foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), composto de dois quadros: Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP), por meio da Lei nº 6.807, de 07 de julho de 1980. A primeira turma formou-se em 1981.

No entanto, essa inserção não ocorreu em igualdade de condições. Além da participação da mulher ser restrita a alguns cargos e serviço em terra, elas integravam um corpo à parte, ou seja, não faziam parte dos quadros e corpos gerais, havendo, portanto, um “segmento feminino”. Ademais, era possível chegar somente até o posto de Capitão-de-Fragata (no Exército, equivale a Tenente-coronel). Havia, ainda, diferenciação em relação ao tempo para alcançar esses postos, isto é, o interstício era mais demorado para as mulheres.

Em 1997, o CAFRM foi extinto e a Marinha permitiu a participação feminina em seus quadros gerais. As mulheres passaram a integrar os respectivos Corpos e Quadros existentes para o sexo masculino (Engenheiros e de Intendentes da Marinha e Quadros de Médicos, de Cirurgiões-Dentistas, de Apoio à Saúde e Técnico), ou seja, a partir daquele momento também puderam servir à Pátria embarcadas. Assim, tornou-se possível a promoção ao posto de Vice-Almirante (equivalente a General de Divisão).

Em 2014, as mulheres puderam integrar a primeira turma mista da Escola Naval, para fazer parte do Quadro de Intendência, formando-se em 2017. Por ter sido a pioneira, a Marinha foi a primeira Força a promover um mulher a um dos postos mais altos da hierarquia militar, em 2012. Em 23 de novembro de 2012, a médica anestesista Dalva Maria Carvalho Mendes, do Corpo de Saúde, foi promovida a Contra-Almirante, entrando para a história como a primeira mulher brasileira a ascender ao generalato. Em 25 de novembro de 2018, a Marinha promoveu a Engenheira Naval Luciana Mascarenhas da Costa Marroni, a segunda mulher promovida ao posto de Contra-Almirante.

Em 1982, foi a vez da Força Aérea Brasileira (FAB) incorporar as primeiras integrantes. Da mesma forma que na Marinha, foi criado um Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), para atividades técnicas e administrativas, composto pelo Quadro Feminino de Oficiais (QFO), cujo ingresso ocorria como 2º Tenente, podendo haver promoção até Tenente-coronel; e Quadro Feminino de Graduados (QFG), cujo ingresso ocorria como Cabo e poderia chegar até Suboficial. A FAB, no entanto, propiciou igualdade de condições em relação ao interstício de homens e de mulheres.

A partir de 1990, a FAB admitiu mulheres na Área de Saúde (médicas, farmacêuticas e odontólogas), propiciando acesso aos quadros gerais de carreira e a possibilidade de promoção ao posto de Brigadeiro. Em 1995, por meio do Aviso Ministerial nº 006/GM3/024 (05 maio 95), o ingresso de mulheres no Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) foi permitido. Portanto, a FAB foi a primeira a conceder acesso à mulher ao curso de formação militar idêntico ao masculino.

Em 1996, ocorreu a permissão para ingresso no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, quando as mulheres compuseram turmas mistas e puderam integrar a linha combatente. Em 2003, a FAB admitiu a primeira turma com cadetes pilotos.

A Aeronáutica admitiu mulheres em 1982, foi a primeira força a formar oficiais mulheres, a partir de 1996, e é a força com a maior proporção de mulheres em seus quadros. Em 2003, abriu para elas o Curso de Formação de Oficiais Aviadores, permitindo que pudessem então seguir o caminho de aviadoras, que abre as portas para uma carreira que leva a quatro estrelas. As oficiais-aviadoras formadas pela Academia da Força Aérea em 2006 poderão alcançar, futuramente, o mais alto posto da carreira, o de Tenente-Brigadeiro do Ar, mas isso ainda levará décadas. (FRANCO, 2020)

Em 2015, a Força Aérea teve a primeira militar a comandar uma unidade: a então Coronel Carla Lyrio Martins, comandante da Casa Gerontológica Brigadeiro Eduardo Gomes (CGABEG), localizada na Ilha do Governador – RJ. Mais tarde, em 07 de outubro de 2020, a militar entrou para a história como a primeira Oficial da Força Aérea Brasileira a ocupar o posto de Brigadeiro, sendo nomeada como Diretora do Hospital Central da Aeronáutica (RJ).

No Exército Brasileiro (EB), o ingresso da mulher para ser militar do efetivo permanente ocorreu por meio de concurso público para a Escola de Administração do Exército (EsAEx), hoje Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEEx). Por meio da Lei nº 7831, de 2 de outubro de 1989, foi criado o Quadro Complementar do Exército, a fim de prover à Força pessoal especializado com nível superior para desempenhar atividades complementares. As duas primeiras turmas, 1990 e 1991, foram exclusivamente compostas por homens.

Em 1992, formou-se a primeira turma mista, a Turma Maria Quitéria, da qual fizeram parte as pioneiras. Embora tenha permitido o ingresso tardio, no EB, as mulheres tiveram igualdade de condições com os homens do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), sendo permitido, inicialmente, ascender até o posto de Tenente-Coronel. Hoje, integrantes do QCO podem ser promovidos ao posto de Coronel.

Em 1996, o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior (MFDV) foi instituído. Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia (RJ) matriculou as primeiras alunas, um total de 10, incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM), por meio do Curso de Formação de Oficiais (CFO). A Escola de Saúde do Exército (EsSEx) matriculou e formou, também em 1997, a primeira turma de Oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, do Quadro de Saúde do Exército (QSE).

O ano de 2017 foi bastante marcante na trajetória da mulher no Exército. Em 24 de janeiro de 2017, as mulheres ingressaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), dando início às etapas finais do processo seletivo à formação combatente do Exército Brasileiro. O ano letivo começou em 18 de fevereiro de 2017, com a primeira turma mista da Preparatória, turma “Dona Rosa da Fonseca”: um marco na história da EsPCEEx. Ainda, em 30 de abril de 2017, foram promovidas as primeiras coronéis do Exército, as integrantes da primeira turma do Quadro Complementar de Oficiais.

Em 17 de fevereiro de 2018, 414 alunos ingressaram na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), entre eles, 34 alunas. A Turma “Dona Rosa da Fonseca” formou-se em 27 de novembro de 2021, com 391 cadetes, sendo 368 homens e 23 mulheres: 13 do Serviço de Intendência e 10 do Quadro de Material Bélico.

3. Aportes das militares às FA

O pioneirismo da Contra-Almirante Dalva na MB fez com que fosse entrevistada em diversos canais de televisão e jornais da grande mídia. Em uma entrevista à jornalista Marília Gabriela[1], afirmou que, geralmente, os atributos mais destacados das mulheres militares são cordialidade e respeito. “Nós somos agregadoras de uma maneira geral.”

Corroborar essa visão a Brigadeiro Carla Lyrio. Em entrevista ao Portal G1, em março de 2021, sobre atributos que as mulheres aportam às FA, comentou:

O saber escutar faz parte da liderança legítima. Assim como carregar a humanidade da mulher, a sensibilidade maior para questões e escuta da vida. Isso me facilitou muito a construir bons caminhos. [...] Percebo que as mulheres vêm mostrando por meio da qualidade de trabalho, a importância na vida social, política, econômica e militar. Isso contribui para fazer um país melhor. (MARQUES, 2021)

A partir da inserção da mulher nas Forças Armadas, para além das mudanças provocadas nas questões atitudinais e nos estilos de liderança, outro fator que chama a atenção é o foco nos estudos. Martins revela a opinião de um de seus entrevistados a respeito do tema:

Elas são mais estudiosas, o que faz com que os homens também estudem mais para progredir na carreira. [...] Acho que a mulher trouxe uma mudança muito grande no comportamento também do homem, porque fez com que muitos batalhassem mais, estudassem mais, tivessem mais atenção para que [SIC] as promoções não seriam fruto apenas de tempo. (MARTINS, 2015, p. 133)

Reafirma essa característica observada por Martins, o fato de que, em 2021, na classificação do 4º Ano da AMAN, as mulheres obtiveram os cinco primeiros lugares do Curso de Intendência e os quatro primeiros lugares do Curso de Material Bélico, ou seja, nas duas possibilidades ofertadas a elas, estiveram na liderança no desempenho intelectual, atitudinal e físico.

[1] Programa “De frente com Gabi”, de 20 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ge_5fF1KtpY

Uma das integrantes da primeira turma mista do QCO, a Coronel Veterinária Beatriz Helena F. Telles Ferreira, na Revista Clube Militar, de abril de 2012, em homenagem aos 20 anos da inserção da mulher no EB, afirmou:

[...]Atrevo-me a dizer que, na realidade, viemos, não somente para preencher lacunas, mas, sobretudo, para realizar a necessária sintonia fina em alguns setores. [...] Hoje, podemos testemunhar o amadurecimento da presença da mulher no Exército e a consolidação de nosso trabalho. Já não nos importa mais provar que somos capazes, isso ficou para trás. A pergunta que estamos fazendo nos dias de hoje é: o que mais podemos fazer? Ao olharmos para o porvir, podemos idealizar o resultado daquela semente plantada em 1992: mulheres ocupando cargos ainda mais exigentes em termos de preparo técnico-profissional e liderança, integrando, inclusive, quem sabe, as armas técnicas na Academia Militar das Agulhas Negras. (FERREIRA, 2012, p. 11) [2]

Decorreram dez anos desde que a entrevista mencionada no fragmento anterior foi feita. Hoje, “aquela semente” já gerou frutos: a inserção da mulher na Força Terrestre é uma realidade. Em 27 de novembro de 2022, completar-se-á um ano de formação da primeira turma mista da AMAN.

Apesar de embrionária, essa inserção representa um grande marco. Como forma de registrar a importância que simboliza essa conquista, obteve-se a participação de uma das integrantes da Turma “Dona Rosa da Fonseca”, a 2ª Tenente Giovana Abrão Santos, do Serviço de Intendência, conforme **figura 5**, a fim de saber o que significou fazer parte da “primeira turma”. Seu relato pode ser conferido a seguir:

Pertencer à primeira turma mista da AMAN carrega uma satisfação indescritível e, ao mesmo tempo, um comprometimento muito grande com todos os que trabalharam para que isso fosse realidade, com aqueles que nos formaram, com os companheiros de turma e com aquelas que ainda estão por vir. Sinto grande orgulho por ombrear com homens e mulheres que servem abnegadamente à nossa nação, com incontáveis exemplos de garra e determinação a cada novo dia. (SANTOS, 2022)[3]

Figura 5: 2º Tenente Giovana após salto de paraquedas



Fonte: acervo pessoal da militar

[2] Texto da então Major Beatriz (hoje Coronel R1), médica veterinária, integrante da primeira turma mista do QCO (1992), na Revista Clube Militar de abril de 2012, quando o ingresso da mulher no Exército completou 20 anos.

[3] O Conselho Editorial da Análise Estratégica entrou em contato com a militar, a fim de obter sua participação, em setembro de 2022.

Além desse panorama a respeito das mudanças ocorridas nas Forças Armadas a partir da inclusão da mulher às suas fileiras, um capítulo à parte poderia ser escrito sobre a atuação da militar brasileira em missões de paz. Em 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1325, conhecida por dar início à Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, contribuindo para o aumento da participação, do protagonismo e do reconhecimento do importante papel desempenhado por mulheres em ações relacionadas à paz e à segurança. Dessa forma, a atuação de mulheres militares em missões de paz vem aumentando a cada ano. No entanto, esse não é o foco desta análise. Para aprofundamento no tema, as publicações do Instituto Igarapé são uma detalhada fonte de consulta, assim como o trabalho escrito por Balbino [4].

Antes de concluir, relevante, ainda, ressaltar alguns dos desafios pelos quais as pioneiras das Forças Armadas passaram ao longo dessa trajetória de inserção. Adaptar a legislação foi um deles. No seu Trabalho de Conclusão de Curso, Maciosek (2017) entrevistou a Coronel Berwaldt, integrante da primeira turma de mulheres do Exército (1992). No fragmento a seguir, há uma parte do relato da militar:

O ingresso das mulheres no Exército não foi um desafio apenas para elas. Também foi desafiante a adaptação da própria instituição a essa mudança.

– “Quando era tenente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), eu acabei engravidando, já no 1º ano. Aí, foi complicado, porque não existia, ainda, embasamento legal para me conceder a licença maternidade, pelo fato de não ter referência a isso no Estatuto dos Militares, pois não havia mulheres na Força, até então. Eles tiveram que se adaptar e reescrever o Estatuto dos Militares, de modo a que ele passasse a nos amparar, também.” (MACIOSEK, 2017)

Além da adaptação da legislação, foi necessário fazer a adequação do espaço físico dos quartéis às mulheres. Ainda hoje, algumas unidades não estão totalmente adequadas, faltando, por vezes, alojamentos femininos, sobretudo os separados por círculos hierárquicos. Há também outros fatores de análise, como os referentes à liderança feminina em um espaço predominantemente masculino. Todos esses aspectos renderiam um artigo à parte, contudo, a brevidade deste texto não permite explorar.

4. Conclusão

Por meio das informações apresentadas, foi possível perceber a travessia de um longo caminho, desde a época em que as brasileiras precisavam forjar uma aparência masculina, para participar dos campos de batalha, até os dias atuais. De Quitéria até as febianas transcorreram 121 anos. Na MB, as militares estão presentes há 42 anos. Na FAB, há 40 anos e, no EB, há 30 anos. Trajeto ainda maior foi percorrido até a inserção nas linhas combatentes de cada FA.

Conforme mencionado, no EB, as mulheres ingressaram em igualdade de condições. No entanto, na FAB e na MB, havia quadros específicos, ou seja, ocorria segmentação entre homens e mulheres, o que originou a expressão “segmento feminino”. Diferentemente do passado, atualmente, homens e mulheres são formados nas mesmas escolas, sob os mesmos regulamentos, unidos pelo pertencimento à instituição da qual são integrantes. Assim, além de essa expressão ter uma carga semântica que pode denotar segregação, não condiz com a realidade dos nossos quartéis.

Em conclusão, a participação da mulher brasileira como militar é marcada por desafios e conquistas. Em uma primeira fase da história, quando o País ainda se consolidava como nação independente, foi necessário fazer a ocultação de sua identidade. Somente anos depois, pôde participar das fileiras institucionais oficialmente, em um primeiro momento, restrito às enfermeiras da FEB, posteriormente, em quadros e/ou em áreas específicas. O final do século XX foi decisivo para que mudanças ocorressem, oportunizando-se a participação feminina em diversas áreas. Porém, é no século XXI que as mudanças mais significativas têm ocorrido.

[4] Mais informações em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf e em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1195>.

O Bicentenário da Independência enseja a celebração da nossa autonomia e consolidação como país. Da mesma forma, comemoramos a superação dos inúmeros desafios enfrentados ao longo dessa história. Nesse sentido, cabe mencionar o importante papel das militares pioneiras das Forças Armadas brasileiras, que romperam paradigmas e abriram caminhos às novas gerações, para que, hoje, haja mulheres militares: generais, na MB e na FAB, e, em breve, aptas a ascender ao generalato no EB; no comando de Organizações Militares; na Linha Bélica; formadas e realizando cursos operacionais especializados; participando cada vez mais em missões de paz; etc.

Enfim, analisando a trajetória percorrida pelas mulheres brasileiras, ao longo desses 200 anos, no intuito de não apenas pertencerem às Forças Armadas, mas também de se tornarem combatentes, oportunamente, celebramos o fato de, hoje, homens e mulheres ombrearem o ‘servir à Pátria’. “E aí reside a grandeza histórica do ingresso das mulheres nas fileiras das Forças Armadas, porque simboliza o reconhecimento de que a defesa da Pátria é dever de todos os cidadãos” (ROCHA, 2017).

Para finalizar, relembramos as palavras da Brigadeiro Carla Lyrio:

São conquistas recentes que precisam ser valorizadas. Relembrar o passado nos motiva a caminhar para frente, mas ainda tem muito a ser conquistado. Os avanços são reflexo da sociedade, não só nas Forças Armadas. Temos observado a presença da mulher em esferas e postos com mais poder de decisão. (MARQUES, 2021)

Referências

- ALMEIDA, V. de A. *Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: Situação atual e perspectivas futuras*. Cadernos Aslegis, Brasília, n. 51, p. 91-134, jan./abr. 2014.
- BALBINO, Viviane Rios. *Terá a paz rosto de mulher?: uma perspectiva brasileira para os 20 anos da agenda de mulheres, paz e segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2022. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1195>
- D'AVILA, Cristiane. *Força feminina contra o nazismo: a enfermeira brasileira Virgínia Portocarrero na Segunda Guerra Mundial*. Café História. 1º mar. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/enfermeiras-na-segunda-guerra-virginia-portocarrero/>. ISSN: 2674-59.
- FERREIRA, Beatriz Helena F. F. Telles. *Saia verde-oliva: 20 anos*. Revista Clube Militar: a casa da República. nº 444. Ano LXXXV, abril 2012. Disponível em: [https://livrozilla.com/doc/474672/20-anos-da-mulher-no-exército-brasileiro](https://livrozilla.com/doc/474672/20-anos-da-mulher-no-exercito-brasileiro) Acesso em: 12 set. 2022.
- FRANCO, Luiza. *Mulheres nos comandos das Forças Armadas: as histórias das duas únicas hoje no topo da carreira - e por que há só duas*. BBC Brasil, São Paulo, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51289039>. Acesso em: 9 set. 2022.
- MACIOSEK, Gabriella Candida. *Histórias de Mulheres que fazem parte da Defesa do Brasil*. 2017. Trabalho de conclusão de curso de Comunicação Social. UNIBRASIL, Curitiba-PR. Novembro de 2017.
- MARQUES, Marília. [Dia da Mulher] *Militar da FAB é primeira oficial-general a assumir posto mais alto em 80 anos*. G1, DF, 8 mar. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/03/08/dia-da-mulher-militar-da-fab-e-primeira-oficial-general-a-assumir-posto-mais-alto-em-80-anos.ghml>> Acesso em: 2 set. 2022.
- MARTINS, Iára Maria Batista. *Mulheres militares: conquistas e desafios*. Curitiba: Appris, 2015.
- OLIVEIRA, Viviane. *Ministério da Defesa homenageia mulheres civis e militares*. Folha Militar, Brasília, 10 mar. 2021. Disponível em: <folhamilitar.com.br/2021/03/ministerio-da-defesa-homenageia-mulheres-civis-e-militares/> Acesso em: 09 set. 2022.
- ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. *A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas*. Revista CEJ, v. 21, n. 72, p. 24-33, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2256> Acesso em: 26 ago. 2022.
- SOUZA, Camila. Dia da Mulher: militar da FAB é primeira oficial-general a assumir posto mais alto em 80 anos - IPMIL - Instituto Padrão Militar. Disponível em: <https://ipmil.com.br/informativo/diadamulherfab/>



BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



COMEMORAÇÕES NO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CULTO ECUMÊNICO EM AÇÃO DE GRAÇAS

Data: 02 SETEMBRO 2022

Local: TEATRO PEDRO CALMON (SMU)

Horário: 8h30m

O Culto em Ação de Graças ao Bicentenário da Independência do Brasil contou com a participação de integrantes das Organizações Militares do Quartel General do Exército (QGEEx) e do Comando Militar do Planalto (CMP), dando início, no QGEEx, às comemorações da Semana da Independência, alusivas ao Bicentenário.

Participaram do evento autoridades militares da Guarnição de Brasília: o General de Exército Júlio César Arruda, Chefe do Departamento de Engenharia de Construção (DEC); acompanhado do General de Exército Valério Stumpf Trindade, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e demais Generais.

A mensagem ecumênica contou com a participação: do General de Brigada R1 João Denison Maia Correia, que promoveu uma reflexão baseada na doutrina espírita; do Coronel Capelão Marcelo José de Sousa, que transmitiu a mensagem direcionada aos católicos; e do Capitão Capelão Addson Araújo Costa, que transmitiu a mensagem direcionada aos evangélicos.

Sob a regência do 2º Sargento Willian Rosa da Silva e da 3ª Sargento Bruna Souza Santana Lopes, abrilhantaram o evento alunos do Coral do Colégio Militar de Brasília (CMB), conduzidos pelo Comandante, o Coronel Luís Carlos Soares de Sousa.



CULTO ECUMÊNICO

Nossa história começou sob a Cruz. E sob sua inspiração nos fizemos um povo caloroso e tolerante, cujas diferenças se diluem para constituirmos uma só nação.

Nos 200 anos da nossa Independência, celebramos os feitos dos brasileiros do passado, agradecendo-lhes pela coragem, dedicação, união de raças, credos e culturas em prol da nossa liberdade, consolidando o Brasil como um país continental, próspero e acolhedor.

Como Nação, construímos uma identidade soberana, forte, vibrante e lutadora. Seguindo os exemplos de bravura, caráter e liderança do nosso Patrono, Duque de Caxias, pedimos a Deus que continue a nos guiar rumo a um futuro próspero e feliz.



SEMINÁRIO "200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: TRAJETÓRIA GEOPOLÍTICA DO BRASIL"

Data: 06 SETEMBRO 2022

Local: TEATRO PEDRO CALMON (SMU)

Horário: 9h15m

O evento teve início com o canto da "Hino da Independência" com a participação de alunos do Coral do Colégio Militar de Brasília, sob a regência do 2º Sargento Willian Rosa da Silva e da 3ª Sargento Bruna Souza Santana Lopes.

Após o canto do hino, o General de Divisão Hertz Pires do Nascimento, Vice-Chefe do EME, pronunciou as palavras de abertura. Em sua recepção aos participantes, o general deu ênfase ao extremo significado da data cívica para a Nação, reiterando a oportunidade para discutir a trajetória de construção nacional e a compreensão dos desafios históricos e geopolíticos, com destaque para as oportunidades de futuro. Ainda, lembrou o importante papel do Exército como instituição nacional permanente.





Na sequência, teve início o seminário, que ocorreu por meio de dois painéis. No primeiro, intitulado “Construção da Nação Independente e desafios geopolíticos”, foram apresentados os desafios impostos à Nação nos seus primeiros 200 anos de independência, considerando as ameaças e óbices enfrentados, além do papel fundamental do Exército Brasileiro no processo de construção nacional.

Compuseram a primeira mesa como painelistas: o Coronel R1 Antônio Ferreira Sobrinho, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX); o Coronel R1 Fernando Vellozo Gomes Pedrosa, colaborador na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e o Coronel Oscar Medeiros Filho, do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEX). O Coronel R1 Enio Moreira Azzi, Pesquisador do CEEEX foi o moderador do primeiro painel.





O segundo painel, “Elementos de permanência e desafios futuros para o Brasil”, destinou-se a discutir os desafios ainda não totalmente superados no processo de construção nacional, os desafios internos e de projeção internacional do Brasil, com destaque para ameaças e oportunidades no campo da defesa e segurança nacional.

Compuseram a segunda mesa como painelistas: o Coronel R1 Guilherme Otávio Godinho de Carvalho, Analista do CEEEx; o Ministro (Diplomata) Almir Lima Nascimento; Diretor do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI/FUNAG); e o Professor Alcides Costa Vaz, Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB. A Tenente-Coronel Selma Lúcia de Moura Gonzales, do CEEEx, foi a moderadora da segunda mesa.





Para finalizar o evento, o General de Divisão Carlos José Russo Assumpção Penteadado realizou as palavras de encerramento, cumprimentando a todos os participantes pelas exposições de ideias, ressaltando a importância do momento histórico de que todos os presentes estavam fazendo parte.



" (...) somos um povo cuja formação foi, até quase nossos dias, a sociologicamente feudal com antagonismos entre grupos ou subgrupos só atenuados pela miscigenação; com regiões quase isoladas umas das outras; com diferentes culturas a atuarem sobre nosso *ethos* predominantemente cristão e lusitano, mas não castiço ou exclusivamente cristão ou lusitano. Dessa diversidade resultam vantagens imensas para a cultura de um povo, mas resultam, também, problemas difíceis de organização nacional. Problemas que são um desafio constante ao melhor senso de coordenação de contrários que possa o mesmo povo desenvolver. E é esse senso de coordenação de contrários que, felizmente, não tem faltado a nossos homens públicos de maior responsabilidade na direção ou na organização da vida nacional. Nem aos líderes civis nem aos líderes militares. Nem ao próprio povo animado de intuição política.

No Brasil, excetuado um ou outro período, povo e instituições democráticas, povo e instituições nacionais, desde os dias remotos da Independência, tendem, dentro das imperfeições humanas, a completar-se e a aperfeiçoar-se pacificamente."

(FREYRE, Gilberto. Nação e Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 2019. p.30-31)



Quartel-General do Exército,
Bloco A, 70630-970, Brasília-DF.
(61) 3415-4597/ ceeex@eme.eb.mil.br Facebook:
www.facebook.com/ceeexeb

Edição Especial Bicentenário
Setembro 2022

